ANA DENISE RIBAS DE OLIVEIRA

ROSANA SILVA PEREIRA

ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO DAS "CLASSES DE ACELERAÇÃO"

Monografia apresentada como requisito para à conclusão do Curso de Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico do Departamento de Planejamento e Administração Escolar da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Lígia Regina Klein.

CURITIBA

2000

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....iii

1 INTRODUÇÃO..... 1

2 ANÁLISE DO DOCUMENTO DE IMPLANTAÇÃO 6

3 ATUAÇÃO DA SME 18

4 ATUAÇÃO DA SME SOB O PONTO DE VISTA DOS PROFESSORES.....28

5 CONCLUSÕES CRÍTICAS.....38

REFERÊNCIAS 50

ANEXOS.....52

LISTA DE SIGLAS

CAEs -Classes de Aceleração de Estudos

CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação

CF - Correção de Fluxo

FMI - Fundo Monetário Internacional

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

MEC - Ministério da Educação e Cultura

NRE – Núcleo Regional de Ensino

RME – Rede Municipal de Ensino

SME -Secretaria Municipal de Educação

1 INTRODUÇÃO

O trabalho constitui uma exigência para a conclusão do Curso de Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico do Departamento de Planejamento e Administração Escolar do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná - UFPR, com início em 1998 e término em 2000.

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise crítica do projeto das Classes de Aceleração que foi implantado em escolas da Rede Municipal de Curitiba, a partir de 1998, que está fundamentado no Projeto de Correção de Fluxo autorizado de acordo com as deliberações de nº 001/96 e 013/97 do Conselho Estadual de Educação do Paraná, que aprova e indica como relevante o Programa Adequação Idade-Série - PAI'S, para toda a Rede Pública Estadual e Municipal de Ensino Fundamental. E ainda conta com as seguintes bases legais para a sua implantação: Constituição Nacional, no Art. 208, inciso I, a Lei de Diretrizes e Bases no seu Art. 23 e alínea b do inciso V, do Art.24, conforme anexo I.

No Estado do Paraná o Projeto de Correção de Fluxo foi implantado com a seguinte proposta pedagógica:

> O Projeto de Correção de Fluxo da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, é uma proposta político-pedagógica desafiadora, ousada e marcadamente democrática. Destina-se aos alunos do 1º grau do sistema público de ensino estadual, e estendida ao sistema municipal que, em sua vida escolar, através de sucessivas repetências, foram colocados à margem do fluxo regular de estudos a que têm direito, por força da lei maior do país - a Constituição.
> Essas crianças e jovens, no entanto, apesar dos repetidos fracassos a que foram submetidos, continuam na escola, persistindo na busca do acesso ao conhecimento socialmente reconhecido; para eles isso configura, ainda que intuitivamente, a oportunidade, talvez única, de se tornarem competentes para

> enfrentar as experiências do mundo moderno, com chances de serem bem-sucedidos.
> Esses dados da realidade constituem a âncora da proposta pedagógica do Projeto de Correção de Fluxo. Seu ponto de partida é o resgate da auto-estima dessas crianças e jovens, para que readquiram confiança em sua capacidade de aprender e possam, assim ampliar suas possibilidades de aprendizagem e desenvolver habilidades que lhes permitam a reintegração no curso regular de estudos (PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná).

De acordo com o Relatório de acompanhamento do MEC os projetos de aceleração de aprendizagem têm sido implantados no Ensino Fundamental nos últimos anos, em vários pontos do País, "no contexto das políticas educacionais de combate ao fracasso escolar. Visam corrigir a defasagem idade/série no sistema de ensino, desenvolvendo a ação pedagógica junto a alunos multirepetentes, de forma a permitir-lhes a retomada do percurso regular da escolarização, vindo a freqüentar a série prevista para seu grupo etário" (INEP, 2000, p. 145).

Na organização das classes de aceleração "rompe-se a seriação, e organização curricular consiste em um rearranjo dos conteúdos, levando em consideração a especificidade de cada disciplina e a diversidade cultural dos alunos" (INEP, 2000, p. 155).

No país os Programas de Correção de Fluxo foram implantados a partir de 1995.

> No cenário nacional este programa teve o seu início com o projeto piloto implantado no Maranhão em 1995, (...) que inspirou-se em soluções que se provaram exitosas em diferentes partes do mundo. Essas idéias foram testadas inicialmente no Estado do Maranhão e, depois de avaliadas, foram estruturadas na forma atual do Programa, que foi testado preliminarmente em quatro Estados da Federação (INEP, 2000, p. 145-146).

De acordo com o documento do MEC "a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) iniciou em 1996 o Projeto de Correção de Fluxo

visando à reversão dos índices de evasão e repetência, para combater a defasagem idade/série" (INEP, 2000, p. 155).

Para implantação do projeto, desde 1996, o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação (CENPEC) tem sido chamado a participar de alguns desses projetos, "tendo sido produzido materiais de apoio para professores e alunos (em São Paulo 1996 e no Paraná 1997 - 1998) e desenvolvido programas de formação continuada dos docentes" (INEP, 2000, p. 158).

De acordo com o documento do MEC o programa de aceleração de estudos conta com os seguintes financiamentos:

> Programa Aceleração Brasil do Instituto Ayrton Senna (IAS) à partir de 1997, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) e a Petrobrás. Iniciando suas atividades em 15 municípios, passou a 24 municípios em 1998 e dois Estados da Federação, Espírito Santo e Góias, em 1999. Neste ano, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) assumiu o apoio financeiro para o desenvolvimento do Programa nos 24 municípios de 14 Estados até Dezembro/2000. Para a entrada das redes estaduais, surgiram parceiros regionais. Além das Secretarias Estaduais de Educação, empresas desses Estados entraram nessa aliança, tais como Tele Centro-Oeste, Adial e Petrobrás. (INEP, 2000, p. 145)

E ainda, o documento do MEC sobre Programas de Correção de Fluxo define que a Aceleração da aprendizagem distingue-se pelas seguintes características:

> trata-se de um programa de Correção de Fluxo Escolar - a aceleração da aprendizagem é apenas uma estratégia para atingir outro objetivo. (...) trata-se de uma intervenção nas políticas públicas educacionais, que tem como objetivo eliminar a cultura da repetência nas escolas, não de mera intervenção pedagógica; o programa baseia-se em concepção e materiais testados previamente (o piloto foi testado no Maranhão, em 1995), (...) o programa possui mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação externa e, com isso, vem se aprimorando ao longo do tempo (INEP, 2000, p. 145).

No Relatório de Acompanhamento do Trabalho nas Classes de Aceleração de publicado em 1998, o MEC reconhece o projeto de São Paulo implantado em

1996 como marco inicial do projeto das Classes de aceleração desconsiderando o projeto piloto realizado no Maranhão em 1995 com a seguinte colocação:

> História das classes de Aceleração em de São Paulo começo em 1996, por iniciativa da Secretaria de Estado da Educação, com o projeto de Reorganização da Trajetória Escolar. Uma certeza movia o projeto: o alto índice de evasão e repetência no primeiro grau reflete o fracasso da escola e não do aluno (BRASIL. MEC, 1998, p. 8).

O projeto das Classes de Aceleração, que é objeto desta análise, foi implantado à partir de 1998, em algumas escolas da Rede Municipal de Curitiba, pautado no documento de Reorganização da Trajetória Escolar no Ensino Fundamental: Classes de Aceleração - Proposta Pedagógica Curricular elaborado para o Estado de São Paulo, para atender a realidade paulista, que foi deslocado para a Rede Municipal de Curitiba com a seguinte proposta:

> A significativa parcela de alunos que apresentam defasagem de idade, em relação à série em que estão matriculados, mostra que a repetência e suas causas constituem um problema inadiável, a ser enfrentado pelas escolas, e pela administração do sistema de ensino.
> Na análise de defasagem, verifica-se que até 4º série os índices aproximam-se dos 30%, e passam de 40% a partir da 5º série. Na sua distribuição pelo Estado, a maior incidência encontra-se nas regiões periferias da Capital, em municípios da Grande São Paulo e em algumas regiões do Interior. Concentra-se nas regiões mais empobrecidas do Estado, o que evidencia relações com uma problemática mais ampla, bastante conhecida e muito complexa, cujos efeitos atingem a Rede Pública de Ensino.
> Assumir o compromisso com a aprendizagem dos alunos que estacionaram no percurso significa que a escola passa a se empenhar para que eles adquiram os instrumentos que ela guarda, os quais podem contribuir para que consigam uma inserção mais satisfatória em seu tempo, em sua realidade.
> Para chamar e atrair os alunos, incluindo-os no processo pedagógico, com probabilidade significativa de sucesso, esta Proposta tem como pressupostos uma visão positiva das possibilidades dos alunos e uma aposta no crescimento e competência da escola.
> O processo ensino-aprendizagem só se modifica de fato quando se compreende o conhecimento como processo-dinâmico, vivo, de interação entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido; trata-se de relações em que intervêm o sujeito, com seu conhecimento anterior, e mais todo o ambiente social, incluindo as outras pessoas e os dados novos. Nesse movimento de relações, modificam-se o sujeito e seu equipamento cognitivo, assim como se modifica o que já existe, uma vez que o objeto de conhecimento passa a ter significado, não é mais o mesmo, tem a marca do sujeito conhecedor.

> Ao propiciar reais interações com o conhecimento nas situações de ensino-aprendizagem que organiza, o professor possibilita um caminho de elaboração e apropriação aos alunos, realizando na prática a ligação que se afirma existir entre conteúdo e forma no tratamento do currículo.
> Estes princípios gerais deverão nortear a organização das situações de aprendizagem para as Classes de Aceleração, possibilitando que os alunos vivenciem situações vivas e ricas de conhecimento com múltiplas oportunidades de diálogo e expressão, interação grupal, experimentação e manipulação de materiais, e possibilidades de observar, indagar, tirar conclusões, organizar dados, discutir regras de trabalho e normas disciplinares.

Para a realização da análise crítica do Projeto das Classes de Aceleração foram utilizados os seguintes instrumentos:

- análise do documento de Reorganização da Trajetória Escolar no Ensino Fundamental: Classes de Aceleração da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, que fundamenta o projeto de Classes de Aceleração das Escolas da Rede Municipal de Curitiba, para identificar as condições proclamadas neste documento como indispensáveis para a sua implantação e acompanhamento do projeto.
- questionário com os docentes das três classes de aceleração (regentes e extra-classe) do Centro de Educação Integral Francisco Frischmann, escola da rede municipal, situada no bairro Pinheirinho, à rua Cid Marcondes de Albuquerque, para verificar se a Secretaria Municipal de Educação (SME) oferece efetivamente as condições proclamadas no projeto.
- questionário com a equipe responsável pela Projeto das Classes de Aceleração na SME, para verificar o processo de implantação e acompanhamento (desenvolvimento) do projeto nas Escolas da Rede Municipal de Curitiba.

2 ANÁLISE DO DOCUMENTO DE IMPLANTAÇÃO

Na análise do documento de *Reorganização da Trajetória Escolar no Ensino Fundamental: Classes de Aceleração* da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (1997), que fundamenta a implantação do projeto de Classes de Aceleração das Escolas da Rede Municipal de Curitiba, foram identificadas condições proclamadas como indispensáveis para implantação e acompanhamento (desenvolvimento) do projeto, que são:

- ***Conhecer os alunos e as suas dificuldades de aprendizagem***:

Conhecer cada um para adequar o processo pedagógico para receberem um ensino de boa qualidade com chances reais de sucesso. (p. 7)

Conhecer os alunos:

a) em suas semelhanças e especificidades. (p. 9)

(...) afastar os rótulos e compreender as dificuldades escolares. (p. 7)

(...) identificadas as necessidades dos alunos, o trabalho deverá desenvolver-se:

-de maneira flexível e

-sem desvios de rumo.

(...) considerar: a realidade e diferença entre alunos ao selecionar a programação e parâmetros de promoção, pois a escola determina um nível

de aquisições possíveis de ser alcançado somente por uma parte dos alunos. (p. 10)

(...) trazer o que já conhecem para ser retomado e reconhecido. (p. 15)

(...) equilibrar a formação de grupos mais autônomos com aqueles que precisam de maior acompanhamento. (p.17)

(...) parâmetros para uma nova programação para as classes só será inovadora se partir das condições prévias dos alunos. (p. 10)

(...) se por um lado temos os alunos e suas possíveis dificuldades, por outro temos um contexto escolar que precisa ser alterado. (p. 8)

(...) possibilitar avanços reais, reintegrando-os no percurso regular do ensino fundamental. (p. 7)

Conhecer a situação dos alunos que serão recebidos e as metas a atingir, para escolher e preparar as ações a serem realizadas. (p.16)

(...) organizar formas de trabalho que possam atendê-los:

1) individualmente;

2) em pequenos grupos; e

3) no conjunto do grupo-classe. (p. 9)

- ***Estudo ou pesquisa para conhecer o motivo da evasão e repetência.***

A perda de alunos é ocasionada pela repetência ou freqüentam a escola pela merenda, pela convivência ou esperança de que alguma coisa melhor lhes possa acontecer. (p. 8)

(...) desmontando a cultura da repetência e instalando a cultura da aprendizagem escolar. (p. 8)

Uma instituição como a Escola Pública, aberta à população, não poderia desistir de seus alunos, ainda quando não apresentem as condições tidas como facilitadoras da aprendizagem escolar. (p. 8)

O que se verifica, entretanto, é uma relevante perda de alunos, ocasionada, principalmente pela repetência. (p. 8)

Ano após ano, muito dos repetentes deixam a escola, diminuindo o número dos que conseguem chegar até a 8º série do Ensino Fundamental, enquanto outros continuam a freqüentá-la pela merenda. (p. 8)

- ***Necessidade de adequação da proposta pedagógica à clientela***

Estes alunos repentes, que permanecem, congestionam o fluxo, prejudicando o processo de atendimento; ao mesmo tempo, expõem a fragilidade do sistema de ensino; que produz o seu próprio fracasso, inviabilizando a realização da função. Sem desconsiderar as questões estruturais mais amplas, pode-se afirmar que a produção do fracasso também tem origem no interior da escola, e um de seus focos e a não-adequação da proposta de ensino à clientela. (p. 8)

(...) questões de conhecimento e aprendizagem adequada as condições do aluno. p. 8

(...) Alterar o contexto escolar para adequar a proposta e tornar mais estimulante, para favorecer a ocorrência de aprendizagens, acolhendo e acreditando nas possibilidades de avanço desses alunos. (p. 8)

Para adequar a proposta requer a organização do processo de ensino - aprendizagem a partir das necessidades dos alunos. (p.8)

O grupo deverá ser heterogêneo em termos de:

- percurso escolar;
- aquisições realizadas;
- interesses; e
- idade. (p. 12)

(...) o grupo não pode ser visto como classe multisseriada.

Deve ser visto como:

- heterogêneo;
- diferenciado;
- sem rótulos; e
- sem classificação prévia. (p. 12)

Deve acolher as diferenças e atender as dificuldades . (p. 12)

- ***Ter o domínio dos princípios teórico-metodológicos***

Princípios teórico-metodológicos

Proposta tem como pressupostos:

- uma visão positiva das possibilidades dos alunos e
- uma aposta no crescimento da competência da escola. (p. 10)

Padrão metodológico que sustentado por princípios norteadores claros:

- mobilizar interesses;
- ativar a participação;
- desafiar o pensamento;
- instalar o entusiasmo e a confiança em possibilitar acertos;
- valorizar os avanços;
- melhorar a auto-estima; e
- tornar significativo o processo de ensino-aprendizagem. (p. 10)

Parâmetros primeiros, necessários, mas não suficientes: (p. 9)

Será preciso:

1- priorizar princípios

Delinear um certo padrão metodológico:

a) favorável a mobilização de interesses; e

b) participação no processo de ensino-aprendizagem.

2- detalhar alvos de pontos de chegada, explicitando os conteúdos em termos de:

a) conceitos,

b) habilitações;

c) operações de pensamento;

d) hábitos;

e) valores; e

f) especificar as diferentes dimensões ou níveis de sua aquisição. (p. 9)

As metodologias de ensino sugeridas nas propostas consideram nas relações entre os conteúdos trabalhados e o grupo de alunos em seu contexto e escolar. (p. 13)

É indispensável ter presente a necessidade de estreita articulação entre concepção de educação, objetivos, conteúdos de ensino e formas de ensinar, ao se organizar o trabalho com as Classes de Aceleração, para as quais exige real integração curricular. (p.13)

- ***A aprendizagem escolar requer***:

No processo de ensino-aprendizagem tem que se compreender o conhecimento como um processo dinâmico, vivo, com interações entre o sujeito

que conhece e objeto a ser conhecido, trata-se de relações em que intervêm o sujeito, com seu conhecimento anterior, e mais todo o ambiente social, incluindo as outras pessoas e os dados novos. (p. 10)

Princípios gerais que deverão nortear a organização da aprendizagem para as classes de aceleração:

- situações de diálogo e expressão;
- interação grupal; e
- experimentação e manipulação de materiais. (p. 11)

De promover possibilidades de:

a) observar;

b) indagar;

c) tirar conclusões;

d) organizar dados; e

e) discutir regras de trabalho e normas disciplinares. (p. 11)

O que constitui a realidade é o ambiente, o espaço, o tempo, as relações sociais, as quantidades, as formas e as linguagens. (p. 15)

Requer uma organização, pois a aprendizagem não é espontânea e exige condições especiais que não pode significar:

- Opressão;
- peso;
- memorização de coisas sem sentido;
- formalismo; e
- rigidez. (p. 8)

Dever ser:

- flexível

- permitir descontração
- estimular esforços e tentativas
- desenvolver o espírito de persistência
- os sentimentos de auto-confiança e cooperação
- estar a serviço de um clima estimulante ao trabalho intelectual, que é próprio da escola. (p. 9)

(...) se a escola vencer os desafios aprenderá a trabalhar questões de conhecimento e aprendizagem de forma viva e realmente adequada às condições dos alunos. (p. 8)

(...) gente jovem não consegue aprender de forma:

- ficando sentadas horas a fio; e
- sem perguntar;
- sem entender o nexo que liga a sua vida à situação escolar e aos conteúdos de ensino.

Para motivar e transformar essas crianças em alunos precisa torná-los:

- motivados;
- ativos e produtivos;
- com bom rendimento; e
- atingindo e até superando desafios. (p. 8)

Os educadores poderão organizar um trabalho novo.

(...) o trabalho da escola é com o conhecimento que é mais que fornecer ferramentas para entender o mundo, porque também é processo de:

- fortalecimento;
- ampliação de visão; e
- possibilidades de atuação das pessoas no meio físico e social. (p. 9)

Conhecimento socialmente acumulado e sistematizado tem marcas do seu tempo e das necessidades do grupo social que o construiu, mas a simples transmissão trata esses dados (conhecimento) como:

a) prontos, absolutos, externos ao aluno;

b) estimula apenas a: memorização, o desinteresse, a passividade e a submissão, criando obstáculos ao pensamento criador. (p. 11)

Para vincular as classes de aceleração a sua proposta curricular deverá tornar os alunos:

- curioso;
- investigador;
- conhecedor;
- alguém que: dúvida, pergunta, busca resposta; e
- que pode: espantar-se, enfurecer-se, maravilhar-se com a vida. (p.13)

(...) entendimento das quantidades e medidas;

- dos índices das formas que organizam a ciência e a sociedade; e
- desvendar a organização da cidade, país, planeta, relações de poder, vínculos e acordos entre pessoas, compreensão do meio ambiente, da vida, do papel da ciência e tecnologia. (p. 13)
- Papel do professor no processo

O professor tem que saber selecionar, dosar e propor o conteúdo.

O professor deve possibilitar um caminho:

- elaboração
- apropriação
- ligação entre currículo e forma no tratamento do currículo. (p. 11)

(...) ter como objetivo trabalhar com uma programação para os alunos que deve:

- ser uma única para a classe apresentando várias possibilidades de exploração e aprofundamento;
- atender as diferenças de aproveitamento;
- atividades diversificadas;
- formação de conceitos e habilidades socialmente relevantes e necessários à reintegração ao processo regular; e
- articulação entre estrutura curricular, conteúdos, metodologia e avaliação. (p.12)

O que se espera do trabalho realizado pela escola e tornar as pessoas:

- decifrar e utilizar códigos e linguagens (visual, musical, corporal e teatral) socialmente indispensáveis;
- ampliar a compreensão;
- perceber-se no contexto sócio-espaço-temporal; e
- dominar informações, conceitos, habilidades cognitivas para a decifração e compreensão do mundo.(p. 12)

- ***Necessidade de envolvimento da equipe escolar***

(...) há necessidade do envolvimento de toda a equipe escolar para a elaboração de uma proposta integrado ao projeto da escola e direcionada à busca das aprendizagens fundamentais, partindo de fato do ponto em que os aluno estão, para daí prosseguir, dando impulso e continuidade ao processo de ensino aprendizagem. (p.11)

- ***Planejamento do trabalho realizado nas Classes de Aceleração***

(...) o professor precisa prever, organizar, acompanhar e retomar, isto é, planejar e avaliar o trabalho com as Classes de Aceleração, levando em conta a sua complexidade e cuidando para que não se improvise nenhum de seus aspectos.

O grupo de alunos e a proposta a desenvolver constituem o centro do planejamento. Para iniciar o seu próprio plano de ação, o professor das Classes de Aceleração deve ter certa referência sobre os alunos que vai receber, e também precisa conhecer a Proposta em seu conjunto, em seus pontos principais e nas metas pretendidas. (p. 16)

Conhecer a situação dos alunos que serão recebidos e as metas a atingir, para escolher e preparar as ações a serem realizadas. (p.16)

Registrar essas ações e decisões de forma que se possa de forma que se possa acompanhá-las verificando se o trabalho caminha na direção adequada ou se deve ser replanejado. (p.16)

(...) planejamento e avaliação - não em momentos especiais do ano letivo, mas como processo integrados e necessários durante o percurso do desenvolvimento. (p.17)

Conteúdo e forma serão planejados:

- estreita articulação; e
- garantir o domínio de conceitos e habilidades básicas. (p.11)

Com relação:

- processo de leitura e escrita;
- operações matemáticas;

- compreensão do meio ambiente; e
- realidade sócio-cultural. (p. 11)

- **Processo de avaliação que**:

A avaliação diagnóstica inicial será o grande parâmetro da programação, pois deverá possibilitar ao professor informações sobre as aquisições atingidas ou não, sobre as facilidades dos alunos, a fim de tornar possível um plano de trabalho que relacione os alvos pretendidos e as necessidades reais. (p. 17)

É preciso acompanhar não só o crescimento do aluno na direção do que se pretende atingir, mas também a adequação do trabalho que está sendo desenvolvido. (p. 18)

(...) a avaliação não deve considerar apenas:

quantidade de informações devolvidas em provas de verificação. (p. 8)

O processo de avaliação deve considerar a realidade e diferença entre alunos. (p. 8)

Tradicionalmente a escola ao selecionar a programação e parâmetros de promoção determina um nível de aquisições possíveis de ser alcançado somente por uma parte dos alunos. (p. 8)

(...) a avaliação não pode se deter em resultados ocasionais, mas deve acompanhar a aprendizagem. (p.18)

Ao final do ano letivo, ao ser avaliado globalmente, deverá estar mais próximo dos parâmetros anunciados, podendo acompanhar um trabalho mais complexo. (p.18)

(...) planejamento e avaliação - não em momentos especiais do ano letivo, mas como processo integrados e necessários durante o percurso do desenvolvimento. (p. 17)

3 ATUAÇÃO DA SME

Pesquisa sobre a atuação da SME sob o ponto de vista da equipe responsável pela implantação e acompanhamento do projeto das Classes de Aceleração na SME.

A pesquisa com a SME aconteceu da seguinte forma, após o primeiro contato para entrega dos questionários, os mesmos marcaram dois encontros sem sucesso para a devolução dos questionários respondidos, mas no terceiro encontro foram entregues ao invés do questionário dois materiais explicativos sobre o projeto, conforme anexo 2, com a argumentação de que esses materiais poderiam contemplar as respostas solicitadas.

Foi realizado uma análise dos materiais explicativos na presença da equipe SME no sentido de identificar as questões nestes materiais, mas algumas não foram identificadas, sendo transformadas em entrevista na tentativa de obter informações mais precisas.

A equipe da SME é atualmente composta por: Célia Aparecida Villordo, Silvia Maria Sadila Farias e Wilma Born Borges de Macedo, que à priori, se prontificaram a responder o questionário desistindo no processo e somente fornecendo materiais explicativos e algumas respostas evasivas.

Segue as questões identificadas nos materiais explicativos e entrevistas:

- *Quanto à criação do projeto, quem participou de sua elaboração na rede municipal de ensino de Curitiba?*

Equipe: Célia Aparecida Villordo, Edinete Fátima de Souza, Rogeria Maria Ricetti, Silvia Maria Sadila Farias, Valquíria Trochmann Molinari e Wilma Born Borges de Macedo.

- *O projeto foi elaborado especialmente para a SME/Curitiba?*

O projeto foi elaborado para o Estado de São Paulo.

- *Se a resposta anterior for negativa, quais as razões dessa opção e quais foram às adequações realizadas?*

Optamos por este projeto por tratar da evasão e repetência, que é comum em Curitiba e São Paulo.

Razões da opção:

Porque a Escola Pública tem o deve de atender às necessidades de aprendizagem de todos os alunos.

Porque os alunos que estão em uma idade mais avançada em relação aos demais alunos de sua classe, principalmente aqueles que repetiram de ano muitas vezes, perdem o interesse pelos estudos e acabam desistindo da escola.

Porque se esses alunos forem valorizados pelo professor, recebendo aulas motivadoras, conseguirão avançar nos estudos e não abandonarão a escola.

Corrigir a defasagem idade / série dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Curitiba que se encontram nesta situação.

Ampliar a dimensão do Projeto de Aceleração de Estudos, refletindo sobre a cultura da repetência como geradora das Classes de Aceleração.

Considerando o alto índice de distorção idade-série existente nas classes de 1ª a 8ª série da Rede Municipal de Ensino que, de acordo com os relatórios estatísticos de setembro de 1998, representa 22% do total de alunos matriculados, a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba propõe o desenvolvimento do Programa de Aceleração de Estudos, visando recuperar o tempo do aluno, fazendo frente à evasão escolar e à repetência.

Adequações Realizadas

Deverão ser considerados alunos com defasagem idade/série, aqueles que tenham ultrapassado, em dois anos ou mais, a idade regular prevista para a série em que estão matriculados.

Formação das CAEs

Os alunos deverão ser enturmados, preferencialmente, por aproximação de idade, independente da série de origem.

Cada classes será composta de 25 alunos no segmento de 1ª a 4ª série.

Para o ano de 1999, priorizar-se-á o atendimento dos alunos oriundos de 2ª e 3ª séries, uma vez que não há capacidade técnica para a correção de 100% dessa defasagem neste anos.

Obs. O plano de expansão gradativa do programa pressupõe a correção dessa distorção nos anos subseqüentes.

- *Como a SME planejou a implantação do projeto?*

Por apresentar grande número de alunos a serem atendidos pelo Programa e por ter o mesmo caráter inovador, a Secretaria Municipal de Educação optou pela sua implantação em duas etapas:

1ª etapa: iniciou em 1998 com o Programa Piloto, atendendo a 525 alunos distribuídos em uma escola por NRE numa média de três turmas por escola. Pretendeu-se, dessa forma, resguardar as condições de análise dos encaminhamentos metodológicos e administrativo-pedagógicos, acompanhamento individualizado, visando orientação pedagógica às equipes pedagógico-administrativas das escolas e aos professores envolvidos e avaliação dos procedimentos adotados. Essa estratégia tem a perspectiva de identificar as possíveis falhas, as reformulações/ adequações metodológicos necessárias, as necessidades materiais e humanas, propiciando assim as bases mínimas necessárias para a implantação do Programa na RME.

2ª etapa: Expansão gradativa do Programa, a partir de 1999, para toda a RME, no segmento de 1ª a 4ª série, tendo como critérios iniciais, o interesse da escola em participar do referido Programa e a possibilidade de implantar as turmas das CAEs sem prejuízo significativo do fluxo de matrícula de alunos. Estima-se a participação de 172 turmas, o que representa 4300 alunos.

- *Quais foram as ações desencadeadas para a implantação do projeto nas escolas ?*

ANO	AÇÕES	RESULTADOS
1997	1. Análise das propostas e materiais de apoio para a correção de fluxo (CENPEC e CETEB-MEC) 2. Sensibilização da comunidade escolar para o projeto: - visitas às escolas; - 8 encontros com professores e equipes pedagógicas; - 3 encontros com pais de alunos.	1. Opção pelo material elaborado pelo CENPEC. 2. Implantação do Projeto Piloto em 8 escolas da Rede Municipal de Curitiba (RME).

Procedimentos para a Implantação do Programa na escola.

A divulgação da Proposta: a Proposta deverá ser apresentada à comunidade escolar e aos pais como uma ação que visa criar condições pedagógicas de trabalho com alunos defasados/repetentes, possibilitando dar continuidade à sua trajetória educacional.

Identificação dos alunos com defasagem idade/série matriculada nas 2ª e 3ª séries, no início do ano letiva de 1999.

Para evitar a estigmatização dos alunos das Classes de Aceleração pelo restante do alunado, é importante fazer a apresentação da proposta ao conjunto dos alunos e professores da escola. A idéia central a ser passada é a de que os alunos dessas classes trabalharão mais intensamente, em atividades e materiais apropriados à sua faixa etária, para avançarem no trajeto escolar.

Quais foram os eventos previstos e desencadeados para a explicação do projeto para os professores? (designação do evento, data, carga horária, conteúdo, participantes, etc.)

Resposta conforme cronograma de eventos em anexo.

- *Quais os mecanismos que a SEED utiliza para realizar o acompanhamento do desenvolvimento do projeto nas escolas?*

Capacitação e contato com a escola.

Capacitação e acompanhamento pedagógico.

Será desenvolvido um programa de capacitação em encontros bimestrais, destinados aos professores e EPAs, objetivando o fortalecimento do coletivo e do

aluno e ganhos, objetivos na aprendizagem do aluno com defasagem idade/ série, para sua recondução ao percurso escolar regular.

Acompanhamento e avaliação da proposta

As capacitações oferecidas aos professores e EPAs e o acompanhamento do Programa serão de responsabilidade da SME através dos seus segmentos, objetivando a sustentação da prática do professor e seu redimensionamento.

ACOMPANHAMENTOS

ANO	AÇÕES	RESULTADOS
1998	1. Acompanhamento da prática pedagógica" na escola. 2. Efetivação da proposta pedagógica" nas Classes de Aceleração	1. Atendimento de 72 profissionais em 61 encontros nas escolas. 2. Dos alunos atendidos, 473 completaram o Projeto: -335 (71%) avançaram para a 5º série; 81 (17%) para a 4º série; 40 (8%) para a 3º série; 17 (4%) para a 2º série.
1999	1. Apoio ao acompanhamento dos NREs às Classes de Aceleração, bimestralmente: - encontros nos NREs, com os pedagogos e professores das escolas do projeto. - encontros para trocas de experiências, nos NREs; Atendimento nas escolas, a professores e pedagogos, pelo grupo da SME. Dados Estatísticos 2. Efetivação da proposta pedagógica nas CAEs/99.	2. Atendimento a todas as escolas que solicitaram a presença do grupo da SME, para apoio e sustentação da prática pedagógica. Apoio às ações promovidas pelos NREs em relação às Classes de Aceleração. Dados Estatísticos 2. Se mantivermos o percentual de progressão de 2998, teremos, aproximadamente, 90% de alunos progredindo duas séries ou mais.
2000	1. Apoio ao acompanhamento dos NREs às CAEs: - encontro no NRE de Santa Felicidade - 2 h.	1. Atendimento a 6 escolas, para professores regentes e pedagogos.

Os resultados quantitativos deste Projeto na RME têm sido animadores, estabelecendo vínculos numa descoberta de significados novos em relação à situação escolar.

Em 1998, o projeto piloto atendeu, em oito escolas, 525 alunos, em 21 Classes de Aceleração. Destes, 473 concluíram o ano letivo, obtendo 100% de aprovação e alcançando o índice 89% de alunos que avançaram duas ou mais séries no seu percurso escolar.

Em 1999, o projeto expandiu-se para 90 escolas, com matrícula inicial de 3405 alunos em 136 Classes de Aceleração. Destes, 2949 concluíram o ano letivo, obtendo 98% de aprovação, sendo que 81,7% dos alunos avançaram duas séries ou mais.

Em 2000, participaram do projeto 58 escolas, 1744 alunos em 74 Classes de Aceleração.

O sucesso do projeto deve-se aos professores comprometidos e compromissados com a educação, dispostos a enfrentar desafios e que colocam seu conhecimento a serviço do sucesso da aprendizagem dos alunos. Para a efetivação da Proposta Pedagógica das Classes de Aceleração, os profissionais envolvidos no processo contam com material próprio de apoio, elaborado pelo CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação).

O sucesso na retomada do trajeto escolar pelos alunos das Classes de Aceleração por si só não garante o término da geração deste processo. Por isto, toda a equipe escolar está sendo chamada a rever o seu percurso avanços e dificuldades na realização do trabalho pedagógico, retomar o currículo, a organização do ensino e as formas de acompanhamento e avaliação, elegendo alvos a atingir com todos os alunos.

A SME na capacitação para os professores e pedagogos, tem buscado discutir estas questões, propondo que sejam levadas para o interior da escola, procurando desmontar a cultura da repetência para instalar definitivamente a cultura da aprendizagem escolar.

- *Quais os recursos (humanos e materiais) que a SEED disponibiliza para as classes que integram o projeto?*

Recursos Humanos: os professores das escolas que estão envolvidos e sensibilizados com o projeto.

172 professores regentes, 126 professores auxiliares, 126 professores de educação artística, 126 de educação física, 72 professores de educação ambiental e de cultura das mídias e 380 profissionais das equipes pedagógico-administrativas, somando-se 1000 professores envolvidos.

Recursos materiais: materiais elaborados pelos CENPEC.

Condições de trabalho do professor

Recursos didático-pedagógicos

A escola e especialmente os professores das Classes de Aceleração contam com 4 documentos para orientar o desenvolvimento pedagógico:

Proposta Pedagógica Curricular das Classes de Aceleração - apresenta os princípios pedagógicos, a concepção de planejamento, de metodologia de ensino e avaliação da aprendizagem, bem como os conteúdos curriculares das Classes de Aceleração.

Ensinar Pra Valer! Livro do professor: objetiva dar sustentação ao trabalho docente. Esse material apresenta atividades de aprendizagem em que estão operacionalizandos os princípios pedagógicos da proposta curricular e orientação para o planejamento e organização do trabalho pedagógico.

Aprender Pra Valer! Livro do Aluno: apresenta atividades a serem desenvolvidas pelos alunos articuladas às propostas contidas no livro do Professor. O material é composto também de encartes para uso individual dos alunos, cartazes ilustrados para todas a Classe, fichas para trabalho em grupos ou atendimento a dificuldades comuns e jogos para trabalhar conteúdos de Português e Matemático, de forma lúdica.

- *As dificuldades encontradas pelos professores no desenvolvimento do projeto são atendidas pela SME? Como?*

As dificuldades encontradas pelos professores são atendidas com o deslocamento da equipes da SME até a escola ou em atendimento individual dos professores na SME, conforme solicitação da escola.

Para o aluno que, ao longo do processo, apresentar dificuldades, deverá estar prevista sua inclusão no projeto de Recuperação de Estudos da escola.

ANO	AÇÕES	RESULTADOS
1998	1. Acompanhamento da prática pedagógica na escola.	1. Atendimento de 72 profissionais em 61 encontros nas ecolas.
1999	1. Apoio ao acompanhamento dos NREs as Classes de Aceleração, bimestralmente: - encontros nos NREs, com os pedagogos e professores das escolas do Projeto. - encontros para trocas de experiências, nos NREs. - Atendimento nas escolas, a professores e pedagogos, pelo grupo da SME.	1. Atendimento a todas as escolas que solicitaram a presença do grupo da SME, para apoio e sustentação da prática pedagógica. - Apoio às ações promovidas pelos NREs em relação às Classes de Aceleração.
2000	1. Apoio ao acompanhamento dos NREs às CAEs: - encontro no NRE de Santa Felicidade - 2 h	1. Atendimento a 6 escolas, para professores regentes e pedagogos.

4 ATUAÇÃO DA SME SOB O PONTO DE VISTA DOS PROFESSORES

A pesquisa realizada com os professores (regentes e extra-classe) das Classes de Aceleração teve como objetivo verificar a atuação da SME sob o ponto de vista dos professores.

E ainda, verificar se a SME garante as condições identificadas no projeto como indispensáveis para a implantação e acompanhamento.

Na pesquisa foram identificadas as seguintes questões:

Condições de trabalho:

- professoras regentes: três; e
- professoras de área (extra-classe / Educação Artística): duas.

Quantidade de turmas pesquisadas:

- 3 turmas pesquisadas (a,b,c).

Formação dos professores: Magistério, Pedagogia incompleto e Educação Artística.

Tempo que trabalham com as Classes de Aceleração:

- a maioria iniciou no ano de 2000, somente uma está no segundo ano de trabalho.

Trabalho realizado no sentido de conhecer os alunos e suas dificuldades de aprendizagem:

- por meio de avaliação, o diagnóstico permite o professor detectar os pontos fracos e destes extrair as conseqüências pertinentes sobre onde colocar posteriormente a ênfase no ensino e na aprendizagem;
- trabalhos individuais, grupos, valorizando os trabalhos realizados pelos alunos, fazendo com que os alunos tenham mais confiança em si mesmo, melhorando sua capacidade em aprender;
- duas trabalho com dinâmica em grupo; e
- são feitos trabalhos em grupo e/ou individual onde são analisados e valorizados os progressos dos alunos, que também são estimulados a buscarem melhores soluções para o problema em questão.

Estudo ou pesquisa realizado na escola para conhecer o motivo da evasão:

- sempre que possível estamos fazendo estudos e trocando idéias sobre o assunto;
- sim, através de reuniões e discussões entre os pais e o setor pedagógico, passa-se a conhecer os diferentes motivos para a evasão, buscando soluções para sanar o problema;
- reuniões com pais, junto com o setor pedagógico conhecendo assim alguns dos motivos da evasão e tentando buscar soluções para sanar esses problemas, sempre com a ajuda da família; e
- duas responderam que desconhecem.

Mecanismos *utilizados para adequar a proposta do projeto à clientela e o que foi realizado para alterar o contexto escolar para adequar e tornar mais estimulante o ambiente escolar de acordo com a proposta*:

- seu ponto de partida é o resgate da auto-estima dessas crianças e jovens para readquirir confiança em sua capacidade de aprender, desenvolver habilidades que permitam a reintegração no curso regular de estudos;
- proposta pedagógica, o material didático e a capacitação dos professores de aceleração;
- sempre trabalhando em grupos, utilizando materiais diferenciados como jogos e outros e a capacitação dos professores;
- na área de artes procurei adaptar os conteúdos de acordo com a realidade e as necessidades do grupo. Tendo como apoio o livro do professor; e
- os trabalhos utilizados para estimular o ambiente escolar foram as exposições de trabalhos realizados em sala independente de projeto.

Concepção de Educação da proposta:

- vem atender exatamente os alunos que pelas reprovações sucessivas ficaram defasados na relação, série-idade com vista a possibilitar sua inclusão na trajetória do ensino regular;
- é uma boa proposta pois é elevada a auto-estima do aluno que aprende a aprender, isto é, aprende a construir e a solucionar os problemas sanando assim suas dificuldades;

- a proposta deste projeto é muito válida, pois a história dos alunos é uma história de insucessos e o desafio é de mudar o rumo dessa história; e
- não tivemos contato com a equipe de professores envolvidos no projeto, apenas um encontro na permanência;
- uma não respondeu.

Princípios teórico-metodológicos:

- acho muito bom, bem diferenciado do ensino tradicional;
- a metodologia é ótima, pois com a capacitação, troca de experiência e o material didático, o trabalho é desenvolvido de acordo com as dificuldades dos alunos;
- as atividades propostas deste projeto, em todas as áreas do conhecimento, tem aberto espaço para que os alunos falem de si, de suas facilidades, dificuldades, esse conhecimento é muito importante para construir uma relação de confiança; e
- foi bem elaborado, mas como um subsídio, com certeza o professor precisa de muitos cursos e especializações;
- uma não respondeu.

Processo de ensino-aprendizagem:

- considerando a construção do conhecimento como um processo vivo e significativo; favorecendo interação, estimulando a participação. A sala de aula é um espaço para trabalhar o conhecimento;
- ao trabalharmos em grupos, duplas ou individualmente, dispomos o alunos com melhor entendimento ou aprendizagem junto a outros com

maior dificuldade. Contribuindo desta forma, para uma melhor dedicação e interação entre os alunos;

- trabalhos em grupos, individual, onde um ajuda o outro;
- na minha área o contato com os alunos é apenas uma vez na semana no dia da permanência do professor regente. O trabalho requer muito domínio e criatividade do professor e saber lidar com os problemas de indisciplina; e
- troca de informações a partir do assunto proposto, atividades que envolvam os alunos coletivamente, muitos trabalhos em grupo.

Papel do professor neste projeto:

- um papel de grande importância, estando sempre em contato com os alunos e suas curiosidades. Trabalhos diferenciados, muita conversação e motivação;
- deve ensinar participativamente, ter convicção da proposta que está levando para os alunos, sempre pesquisando e trocando experiências assumindo a realidade de sua turma;
- o professor tem que ser um mediador e convicção desta proposta e dos alunos que terá em sala de aula. O professor deve estar sempre estudando, pesquisando, trocando experiências, assumindo assim a realidade que tem em sala de aula; e
- duas não responderam.

Envolvimento da equipe escolar com o projeto:

- duas responderam;

- entre professores regentes, setor pedagógico e direção da escola há um grande envolvimento, o mesmo não ocorrendo com professor extra-classes como: Educação Física, Educação Artística e Literatura;
- quanto ao envolvimento tem que haver da direção, setor pedagógico, enfim de todos os professores, para que esses alunos não sejam rotulados; e
- os professores extra-classes tem a permanência em dias diferentes.

Planejamento dos conteúdos:

- trabalhamos com os módulos, onde desenvolvemos todos os nossos planejamentos;
- nos dias de permanência são decididos a seqüência e a prioridade dos conteúdos de acordo com os quatro módulos; que são bimestrais;
- com reuniões nos dias de permanência, verificando o que vai ser trabalhado de acordo com os módulos que são bimestrais;
- a nossa supervisora não é a mesma das turmas de aceleração; e
- as permanências para planejamento ocorrem em dias diferentes, dificultando o envolvimento para planejamento de conteúdos em equipe, ou seja, regente e extra-classe.

Sistema de avaliação:

- a avaliação acontece intimamente vinculada as atividades do dia-a-dia da sala de aula, possibilitando a reflexão contínua sobre o processo de aprendizagem;

- a avaliação é diagnostica, onde são avaliados os progressos diários do aluno, é um processo onde há interação e durante o qual educadores e educandos aprendem muito sobre si mesmos;
- a avaliação se dá num processo interativo, tudo que o aluno faz sala de aula, a sua participação, onde professor e aluno aprendem;
- não tenho clareza; e
- em artes, avaliamos o envolvimento do aluno com as atividades, a expressão, a criatividade e interesse.

O que o trabalho com o projeto de Classes de Aceleração acrescentou ou modificou na sua prática educativa:

- foram grandes as modificações maneiras diferenciadas de trabalhos;
- na classe de aceleração você lança um olhar diferente ao aluno: deixa de exigir tanto, aceitando as diferenças e os limites de aprendizagem de cada um. Passa a ver o educando como uma pessoa que também tem crises de identidade e baixa auto-estima; é alguém que precisa de uma pessoa que o compreenda e às vezes lhe dê palavra de apoio, desta forma o aluno aprende a se valorizar e acreditar que pode aprender. O que mudou é que a maneira de ver o aluno é válida para todos, mesmo os que não são da aceleração, pois muitos têm as mesmas crises e precisam de um professor "com o olhar diferente" sobre eles;
- acrescentou e muito na minha prática pedagógica, pois pude crescer muito quanto a educador. Observando, entendendo, ouvindo e aprendendo com os alunos;

- tive que encaminhar o trabalho proposto de acordo com a realidade da turma, adquiri domínio e segurança no dia-a-dia em sala de aula. Apesar das dificuldades, consegui reter a atenção e o interesse dos alunos. Foram experiências enriquecedoras na minha prática pedagógica; e
- um trabalho bastante difícil, pois os alunos em idades diferentes tem objetivos diversificados, com isso o trabalho do professor deve ser muito estimulante e isso exige demais. A indisciplina é um fator que contribui bastante para dificultar o andamento das aulas.

Caracterização da proposta de Classes de Aceleração:

- realidade vivida pelos alunos, valorização do saber, participação, desenvolvimento da autonomia, solidariedade, desejo de conhecer e aprender;
- o professor deve assumir o compromisso de construir com sua turma um clima de respeito e buscar diferentes estratégias de ensino. É a elevação da auto-estima e a interação aluno/aluno e aluno/professor;
- elevar a auto-estima dos alunos, trabalhando num clima de respeito buscando novas estratégias de trabalho; e
- não tenho conhecimento geral sobre o projeto e sei que é um trabalho que envolve alunos com defasagem escolar. O material bem elaborado, possibilitando um trabalho interessante onde o aluno participa integralmente do seu processo ensino-aprendizagem; e
- uma não respondeu.

Eventos, atividades ou situações desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME) para apresentar o projeto ao professor, proporcionando uma formação adequada para sua atuação como docente das Classes de Aceleração (data, carga horária, conteúdo, participantes, etc):

- através de cursos;
- há capacitação e a troca de experiências para professores de aceleração no decorrer do ano letivo perfazendo um total de 80 horas. Tendo como conteúdo os que constam nos módulos e as experiências de professores que já atuaram e/ou atuam nas classes de aceleração;
- foram encontros, palestras (quanto à data, eram bimestrais);
- especificamente para a educação artística não houve nenhum curso este relacionado à classe de aceleração; e
- uma não respondeu.

Mecanismo da Secretaria Municipal de Educação para acompanhamento do professor:

- cursos;
- setor de consultoria da classes de aceleração;
- o acompanhamento foi através de encontros com as pessoas envolvidas com o projeto e palestras com pessoas convidadas, como o professor Clóves Amorim; e
- duas não responderam.

Como são resolvidas as dificuldades encontradas no projeto, a quem se encaminham e como é a interlocução com a Secretaria Municipal de Educação:

- sem encaminham para a equipe pedagógica da escola com professores experientes e cursos;
- no setor pedagógico; em casos mais sérios no Conselho Tutelar;
- quanto às dificuldades em primeiro lugar são levadas para o setor pedagógico da escola e direção e encaminhadas para as pessoas envolvidas com o projeto de aceleração; e
- duas não responderam.

5 CONCLUSÕES CRÍTICAS

As Políticas Públicas no Brasil são definidas atendendo aos ajustes estruturais determinados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial como condição de ajuda aos países dominados, o que ficou explícito no documento sobre os Programas de Correção de Fluxo publicado em 2000 pelo INEP.

Os objetivos oficiais do FMI são:

1) abertura do país ao mercado capitalista pela redução ou supressão de todo obstáculo à livre concorrência e à livre penetração de capitais estrangeiros. Isto é feito com a supressão dos subsídios para os produtos de primeira necessidade, das proteções à indústria nacional, das concessões coletivas, da proteção social, do controle do câmbio, com as privatizações, etc;
2) a supressão dos déficits orçamentários pela redução das despesas, dos gastos sociais (saúde, educação, habitação, etc.);
3) o desenvolvimento da produção para exportação, geradora de divisas necessárias para pagamento da Dívida Externa, em detrimento das produções locais necessárias à população, e em detrimento das indústrias locais e dos serviços públicos.

De acordo com Pierre SIZE, "Esta política é condicionante para que um país consiga empréstimos do FMI, do Banco Mundial e dos bancos comerciais, pois o conjunto destas imposições corresponde os objetivos do FMI de garantir o

pagamento da dívida externa dos países dominados" (DICIONÁRIO da globalização, 1997, p. 51).

Os países membros do FMI possuem uma quota do capital deste organismo, que é calculada em função de seu peso econômico no mundo. Esta quota-parte determina a participação financeira do país no FMI, a quantidade de empréstimos de que ele pode se beneficiar e também sobre o número de votos que ele pode ter no Conselho de Administração do Fundo.

O papel inicial do FMI era o de vigiar pelo bom funcionamento do regime monetário criado pelo acordos de Bretton-Woods (EUA). Quando este regime foi liquidado pelo imperialismo norte-americano em 1971, o FMI teve reorientada sua atividade em direção aos países dominados que não podiam fazer face ao seu desenvolvimento crescente e ameaçavam o sistema financeiro internacional.

Esta reorientação correspondia à virada dada pelo "imperialismo", em especial pelo "imperialismo norte-americano", visando generalizar uma política de destruição das forças produtivas "excedentes", de "redução dos custos da produção", e em proveito do capital financeiro.

Banco Mundial, cuja a sede é em Washington e cujo nome oficial é Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), tem como objetivo inicial o financiamento de grandes projetos de infra-estrutura nos países atrasados. Mas, sobretudo a partir do início dos anos 80, o Banco Mundial tem cumprido o papel de organizador das Políticas de Ajustes Estruturais preconizadas pelo FMI. Políticas que lhe tem permitido imiscuir-se diretamente na gestão econômica e nas decisões políticas dos países que estão sob sua orientação. Sob a condição de aplicação das Políticas de Ajuste Estrutural, o

Banco Mundial faz empréstimos de longo prazo para "ajudar a pagar o custo do ajuste".

O modo particular como o Brasil tem se inserido na globalização, sobretudo a partir do início dos anos 90, delimitado pelo seu peso econômico mundial de possuidor de dívidas externas e internas, agudiza as sérias conseqüências próprias da globalização, nos diferentes setores: econômicos, políticos e sociais.

> Se a estatização econômica torna o país atraente, do ponto de vista de sua inserção no capitalismo globalizado, no que se refere às condições da vida da população de um modo geral, assiste-se a um intenso processo de exclusão social. Como suporte político à globalização desencadeia-se o redimensionamento das funções do Estado. Isso tem provocado um duplo movimento: se, de um lado, o Estado é elemento articulador das relações econômicas internacionais, o que se evidencia, na formação dos blocos econômicos, de outro lado, sua ação torna-se reduzida no âmbito das políticas internas, voltadas para o atendimento das chamadas áreas sociais (CADERNO PEDAGÓGICO, 1999, p. 59).

Neste contexto o Estado do Paraná apresenta-se como laboratório das políticas de ajustes estruturais do governo central, a tal ponto que o MEC no Relatório de Acompanhamento publicado em 1998, cita o Paraná que implantou o Programa de Correção de Fluxo em 1996 como marco inicial desse Programa ignorando o Estado do Maranhão que teve sua implantação à partir de 1995.

São elaboradas políticas para regularizar índices educacionais, com objetivo de atender compromissos assumidos com as agências internacionais de financiamento, atacando os problemas educacionais isoladamente, o que constitui falência de um sistema mais amplo, o educacional.

> No caso de empréstimos para ajustes estruturais, as medidas voltadas para a estatização macroeconômica devem ser definidas em estreita colaboração com o FMI e constituindo condição para a concessão de créditos do BIRD. Para tanto, os tomadores devem estabelecer objetivos consignados em declaração política de desenvolvimento (FONSECA, 1998, p. 173).

> Este estado de coisas tem levado países como o Brasil a se apoiarem, cada vez mais, em agências internacionais de financiamento para a educação. Nossos principais parceiros, há anos, têm sido o Banco Mundial e o BID. Ainda que tais agências sustentam tais programas com vistas à contenção da exclusão que não ameacem o desenvolvimento capitalista, eles não dão conta, na sua totalidade, de reverter esse quadro, uma vez que isso tem como determinantes fundamentais as transformações na base econômica (CADERNO PEDAGÓGICO, 1999, p. 59)

Para garantir os ajustes estruturais constitui-se o estado mínimo para a maioria da população, ficando explícita a falência educacional, apoiado nos princípios de que os alunos inseridos na escola pública terão direito a adequação idade-série, com diminuição do tempo escolar e consequentemente de conhecimento, independente dos fracassos do sistema educacional, o que é uma enganação numa sociedade onde conhecimento é um dos instrumentos indispensáveis para a sobrevivência.

"Para satisfazer as necessidades dos mais desfavorecidos haverá o estado mínimo. Para as necessidades do resto da sociedade, pode-se adotar outras formas diferentes das tradicionais. O que está em questão não é a sobrevivência do ensino público, mas as condições nas quais ela se faz, a revisão do discurso que sustenta a legitimidade" (SACRISTÁN, 1996, p. 155).

> Defender "direitos" esquecendo-se de defender e ampliar as condições materiais que os asseguram é pouco menos que um exercício de cinismo. Quando um "direito" é apenas um atributo do qual goza uma minoria (tal é o caso, em nossos países latino-americanos, da educação, da saúde, da seguridade, da vida, etc.), a palavra mais correta para designá-lo é privilégio (GENTILI, 1998, p. 248).

Neste contexto de ajustes são impostas aos alunos das escolas públicas as decisões tomadas pelos definidores das políticas públicas, sem direito que lhes cabe de decidir sobre sua própria vida, pois as decisões são impostas sem consultar as pessoas envolvidas nesse processo.

"O processo de elaboração de políticas educacionais, seu efeito sobre as políticas públicas relacionadas à pobreza é particularmente forte. Os pobres são precisamente o grupo com os menores recursos e com pouco poder para contestar as visões das elites elaboradoras de políticas públicas" (CONNEL, 1998, p. 20).

"A agenda de temas dos educadores progressistas latino-americanos tem incorporado só muito recentemente a seus questionamentos sobre o currículo a determinação da influência e o impacto desta "nova" forma de entender o educacional sobre a concepção e o desenvolvimento das práticas escolares" (SUÁREZ, 1998, p. 254).

Fundamentado no processo de implementação de políticas públicas de elaboração de índices educacionais apresentáveis às agências de financiamento a Secretaria Municipal de Educação implanta o projeto das Classes de Aceleração com o Documento da Reorganização da Trajetória Escolar no Ensino Fundamental: Classes de Aceleração - Proposta Pedagógica Curricular, que foi elaborado para atender a realidade paulista, sendo deslocado automaticamente para algumas escolas da Rede Municipal de Curitiba.

A forma de implantação, conforme demonstra o material fornecido pela SME aconteceu seguindo o modelo paulista, com um projeto piloto e depois ampliando para outras escolas da Rede Municipal de Curitiba. A SME nos documentos fornecidos não revela os critérios utilizados para avaliação do projeto piloto.

Efetivamente ao optar pelo documento de Reorganização da Trajetória Escolar no Ensino Fundamental a SME desconsidera a história de luta dos educadores do Paraná e mais especificamente de Curitiba, desqualificando os

seus educadores e ignorando o fato de que os problemas educacionais com que os docentes da Rede Pública se deparam - e, entre eles o fracasso escolar, em todas as suas manifestações - vêm sendo alvos de cuidadosos estudos, criteriosamente levados a efeito pelos educadores de Curitiba e do Paraná.

"Assim, deslocando o problema do campo das relações sociais mais amplas, restringe-o ao campo das relações interpessoais, lançando mão de um forte apelo emocional para que o professor se engaje na adesão do princípio de que "um novo olhar" sobre o aluno garantirá seu sucesso escolar" (CADERNO PEDAGÓGICO, 1999, p. 60).

A Secretaria Municipal da Educação desconsidera as causas do fracasso escolar e apregoa uma concepção de educação marcada por noções preconceituosas, antidemocráticas e, não raro, superficiais e falaciosas. E ainda, o projeto coloca o professor como único responsável pelo sucesso dos alunos e consequentemente do projeto.

> O problema do fracasso escolar no Brasil - tem suas múltiplas manifestações como não acesso, evasão, repetência, sub-escolarização, etc. - vem de longa data e é de tal magnitude que tem mobilizado os educadores na análise de suas causas e na busca de soluções. A dificuldade de se encaminharem soluções efetivas reside no fato de que o problema não se caracteriza como uma questão meramente escolar, ou seja, restrita a escola. Na verdade, o fracasso escolar, antes de representar um fracasso da escola, expressa as dificuldades gerais da sociedade contemporânea de garantir a democratização do acesso aos bens socialmente produzidos. (CADERNO PEDAGÓGICO, 1999, p. 59).

As concepções que permeiam o documento apontam os professores como responsáveis pelo fracasso escolar não considerando as condições reais que afligem professores e alunos.

> Como a educação - inclusive no que se refere à sua dimensão escolar- não se realiza à margem do gozo de condições civilizatórias - aí incluídos alimentação, vestuário, moradia, transporte, saúde, lazer, cultura, conhecimento, informação, etc., e, evidentemente todos os bens materiais que garantem tais condições- o fracasso desta sociedade em acessar tais bens é a causa fundamental do

> fracasso escolar. É, pois a exclusão social, em sua expressão mais ampla, que condiciona a exclusão escolar (CADERNO PEDAGÓGICO, 1999, p. 59).

O documento de implantação faz algumas afirmações com relação as causas da evasão e repetência no Estado de São Paulo, para onde foi elaborado o projeto, mas as colocações da SME e dos professores demonstram que estes desconhecem a existência de estudos ou pesquisa para conhecer essas causas na Rede Municipal de Curitiba e mais especificamente na escola pesquisada.

O documento coloca como condição indispensável para sua implantação a adequação da proposta a clientela da escola, mas de acordo com respostas dos professores e da SME este compromisso não permeou este trabalho, pois o método apresentado pela SME para implantação foi a sensibilização da comunidade escolar e projeto piloto sem a preocupação de adequação a clientela.

A ausência de uma interpretação adequada dos problemas do sistema escolar resulta na inadequação das medidas propostas e conseqüente da sua organização curricular, pois as Classes de Aceleração tem caráter discriminatório na sua organização por ser composta somente por alunos multirepetentes sem a preocupação de uma ampla discussão sobre as causas da repetência, pois limitar-se a combater os efeitos e perpetuar a causa.

Fica, nesse caso, a perguntar: se as condições objetivas serão basicamente as mesmas, como produzir sucesso escolar em menos tempo, com alunos marcados por uma história de insucesso? (CADERNO PEDAGÓGICO, 1999, p. 60)

De acordo com a pesquisa realizada, pode-se concluir que na organização do trabalho com as Classes de Aceleração simplesmente despositaram os alunos com histórico de reprovações na mesma sala de aula com materiais específicos

acreditando que a utilização de novos materiais de apoio garantiriam o sucesso e adequação dos alunos.

> Os pressupostos centrais são três: que o problema diz somente a uma minoria em desvantagem; que o pobre é diferente da maioria em termos de cultura ou atitudes; e que a correção da desvantagem na educação é um problema técnico, exigindo acima de tudo, a aplicação de um conhecimento especializado, baseado em pesquisa.
> O ponto fundamental é que a desigualdade de classe é um problema que atravessa todo o sistema escolar. As criança pobres estão diante de um problema isolado. Estão diante dos efeitos mais perversos de um padrão mais amplo (CONNEL, 1998, p. 16-17).

O projeto considera que é possível pensar a escola isolada do conjunto de problemas que sociedade enfrenta: "[...] uma escola ideal no interior de uma sociedade cuja a desigualdade vem resultando num alto grau de degradação das condições de vida da maioria da população e, por decorrência, dos serviços públicos e ela destinados" (CADERNO PEDAGÓGICO, 1999, p. 59).

O documento que fundamenta o projeto coloca como condição indispensável para o sucesso deste trabalho realizado com as Classes de Aceleração o conhecimento prévio do aluno e suas dificuldades de aprendizagem, mas os professores demostram que não foi realizado nenhum trabalho efetivo e sistematizado para verificar as condições dos alunos. Sendo assim, a ausência deste estudo compromete também o planejamento e a avaliação, pois perderam o ponto de partida para realizarem o trabalho realizado com as Classes de Aceleração.

E ainda, neste processo de adequação a SME não ofereceu nenhum instrumento de organização para implantação do projeto no sentido de garantir as condições colocadas no projeto como indispensáveis para a organização do trabalho pedagógico.

A SME demonstra em seus cronogramas a realização de vários eventos para explicação e capacitação dos professores no trabalho com as Classes de Aceleração, mas os métodos desencadeados para esses são questionáveis, pois os professores demostram em suas respostas que não conhecem efetivamente o projeto, principalmente nas questões referentes as concepções, princípios teórico-metodológicos, planejamento e avaliação, que são indispensáveis na realiação do projeto. E ainda, apresentam domínio superficial do documento que fundamenta o projeto pela falta de compromisso da SME na garantia que estes profissionais tenham possibilidades acesso, domínio e discussão dos fundamentos do projeto.

Também demonstram que na elaboração do planejamento não se garante a participação dos professores regentes e extra-classe, pois alguns professores nunca se encontraram, o que demonstra que não há comprometimento com a articulação dos conteúdos proclamados no projeto.

Portanto, as respostas dos professores demonstram que não há coesão, coerência e unidade de critérios na avaliação, pois não apresentam conhecimento efetivo do material de avaliação fornecido pela SME, a tal ponto que alguns não mencionam a existência desse material.

E ainda, apresentam uma concepção equivocada de avaliação, pois falam em interatividade, mas instrumentalizam e orientam o trabalho pedagógico de acordo a concepção de avaliação funcionalista e tecnicista.

> Há uma confusão conceitual entre avaliação como diagnóstico (visão funcionalista/ tecnicista de Bloom) e concepção diagnóstica de avaliação (avaliação diagnóstica, proposta por Luckesi). A concepção assumida pelo projeto limita o campo de análise da avaliação a aprendizagem do aluno. Não propõe a avaliação do processo, das múltiplas relações institucionais presentes na escola, das políticas educacionais, do próprio projeto de correção de fluxo, entre outras questões (CADERNO PEDAGÓGICO, 1999, p. 64).

A SME apresenta mecanismos precários no acompanhamento e atendimento das dificuldades encontradas pelos e professores no desenvolvimento do trabalho com as Classes de Aceleração, pois não existe nenhum instrumento de acompanhamento trabalho previamente organizado para resolver os problemas, que surgirem nestas classes.

A SME tem como mecanismo para atendimento esperar o surgimento dos problemas para depois propor algumas orientações, através dos eventos, se coincidir com o cronograma, ou aguardam o comparecimento dos professores na SME e ainda, quando possível realizam visitas as escolas, mas os professores desconhecem alguns desses mecanismos de atendimento e acompanhamento, pois não citaram nas suas respostas.

"A crença que a reforma educacional é, acima de tudo, uma questão técnica, uma questão de reunir as pesquisa e delas deduzir quais as melhores intervenções, está bem firmada no universo educacional" (CONNEL, 1998, p. 19).

Ainda segundo CONNEL (1998, p. 26), "os programas compensatórios foram planejados para reinserir as crianças em desvantagem no caminho da escola regular. O sucesso de tais programas é convencionalmente medido através do progresso do aluno estabelecido".

Na adequação do período letivo, se faz o enxugamento dos conteúdos, o que configura, de fato, empobrecimento do conteúdo escolar destinado aos alunos da Classes de Aceleração, num flagrante desrespeito ao direito de acesso a um ensino de qualidade que lhe garanta o acesso aos conhecimentos, que proporcione a formação do sujeito preparado para enfrentar as dificuldades do mundo contemporâneo.

> (..) situar a especificidade da educação como referida aos conhecimentos, idéias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens (SAVIANI, 1995, p. 28).

> A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber (SAVIANI, 1995, p. 19).

> (...) o papel essencial da escola que é garantir a todos o acesso aos requisitos fundamentais necessários à participação ativa na vida da sociedade contemporânea (SAVIANI, 1991, p. 36).

E ainda, o projeto elaborado para São Paulo sem nenhuma adequação para a Rede Municipal de Curitiba faz referência a trajetória educacional daquela administração.

> A escolha dessas proposta como referências centrais respeita o caminho de reformulação curricular, percorrido pelo sistema estadual de ensino, considerando desnecessário reinventrar e recomeçar, uma vez que já se conta com bons instrumentos para nortear o trabalho curricular no Ensino Fundamental. Além das propostas dos componentes curriculares, consideram-se os parâmetros presentes no documento da proposta pedagógica para a Pré-escola e as orientações curriculares da atual administração (Documentos de Reorganização da Trajetória escolar no Ensino Fundamental: Classes de Aceleração - Proposta Curricular, 1997,p. 19)

A SME como órgão articulador da política dominante pôs em curso o projeto para certificar a escolaridade (demonstrar dados) com o objetivo de angariar financiamentos sem medir o custo social das suas ações:

"(...) de modo a maquiar os números de seu quadro educacional, subtraindo ao aluno das camadas mais expropriadas da população, o direito inalienável ao conhecimento necessário a constituição do cidadão contemporâneo, dever intransferível do Estado" (CADERNO PEDAGÓGICO, 1999, p. 60).

> Fracasso do acesso igualitário foi transferido das instituições para as famílias a quem elas serviam. Famílias e crianças transformaram-se em portadoras de um déficit para o qual as instituições deveriam oferecer uma direção.
> Os detalhes desses programas variam de um país para outro, mas eles têm em comum alguns importantes elementos de concepção. Os programas são planejados para compensar as desvantagens da criança pobre (...). (CONNEL, 1998, p. 15-16)

Fica claro, que a implantação do projeto aconteceu sem o compromisso de viabilizar condições efetivas de funcionamento, tanto na implantação como no acompanhamento, pois comprometimento de Estado e Municipio com as políticas dos ajustes estruturais estão acima dos compromissos que este deveria ter a maioria da população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Relatório de acompanhamento do trabalho nas classes de aceleração**. Brasília : CENPEC , 1998.

CADERNO PEDAGÓGICO. Curitiba: Associação dos Professores do Paraná, n. 2, p. 57-66, 1999.

CONNEL, R. W. Pobreza e educação. In: GENTILI, Pablo (Org). **Pedagogia da exclusão.** 4. ed. Petrópolis : Vozes, 1998.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Educação. **Documento explicativo para o processo de implantação das classes de aceleração**. Curitiba, 1998.

FONSECA, Marília. O banco mundial e a educação: reflexões sobre o caso brasileiro. In: GENTILI, Pablo (Org.) **Pedagogia da exclusão**. 4. ed. Petrópolis : Vozes, 1998.

GETILLI, Pablo. Adeus à escola pública - a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: _____. (Org). **Pedagogia da exclusão**. 4. ed. Petrópolis : Vozes, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS- INEP. Programas de correção de fluxo escolar. Brasilia : MEC, 2000.

PARANÁ. Deliberação do Conselho Estadual n. 001, de 9 de fevereiro de 1996. Estabelece o programa de adequação idade-série. Curitiba: SEED, 1996.

PARANÁ. Deliberação do Conselho Estadual n. 013, de 05 de Dezembro de 1997. Estabelece o programa de adequação idade-série. Curitiba: SEED, 1997.

SACRISTÁN. In.: SILVA, Tomaz Tadeu; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Escola S. A**. Brasília : CNTE, 1996.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. **Reorganização da trajetória escolar no ensino fundamental: classes de aceleração - proposta curricular.** São Paulo, 1997.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. **Projeto de correção de fluxo**. Curitiba: SEED, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo : Cortez, 1991.

_____. **Pedagogia histórico-crítica-primeiras aproximações**. 5. ed. São Paulo : Autores Associados, 1995.

SIZE, Pierre ; GOULART, Serge. **Dicionário da Globalização** - a economia de "A" A "Z". Letras Contemporâneas, 1997.

SUÁRES, Daniel. O princípio educativo da nova direita - neoliberalismo, ética e escola pública. In: GENTILLI, Pablo (Org). **Pedagogia da exclusão**. 4. ed. Petrópolis : Vozes, 1998.

VIEIRA, Leociléa Aparecida. **Projeto de pesquisa e monografia** : estruturação básica. Curitiba : Ed. Do autor, 2000.

ANEXOS

ANEXO 1

LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA O

PROJETO DAS CLASSES DE ACELERAÇÃO

CONSTITUIÇÃO -88

A LTr Editora, desejando contribuir para uma divulgação ainda mais ampla da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada no dia 5 de outubro de 1988, decidiu promover esta edição de seu texto integral.

A fidelidade de texto, aqui reproduzido, é absoluta porque sua impressão foi feita pelo processo fotográfico fac-similado do texto original publicado pelo Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

Nesta conformidade, na exatidão do texto desta edição fac-similada podem todos, tranquilamente, confiar.

Armando Casimiro Costa

LTr 54 ANOS
TRADIÇÃO · IDONEIDADE · PONTUALIDADE

CONSTITUIÇÃO

BRASIL

nilada

II — liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III — pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV — gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V — valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

VI — gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII — garantia de padrão de qualidade.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I — ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II — progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III — atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV — atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V — acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI — oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII — atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I — cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II — autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1 O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2 O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

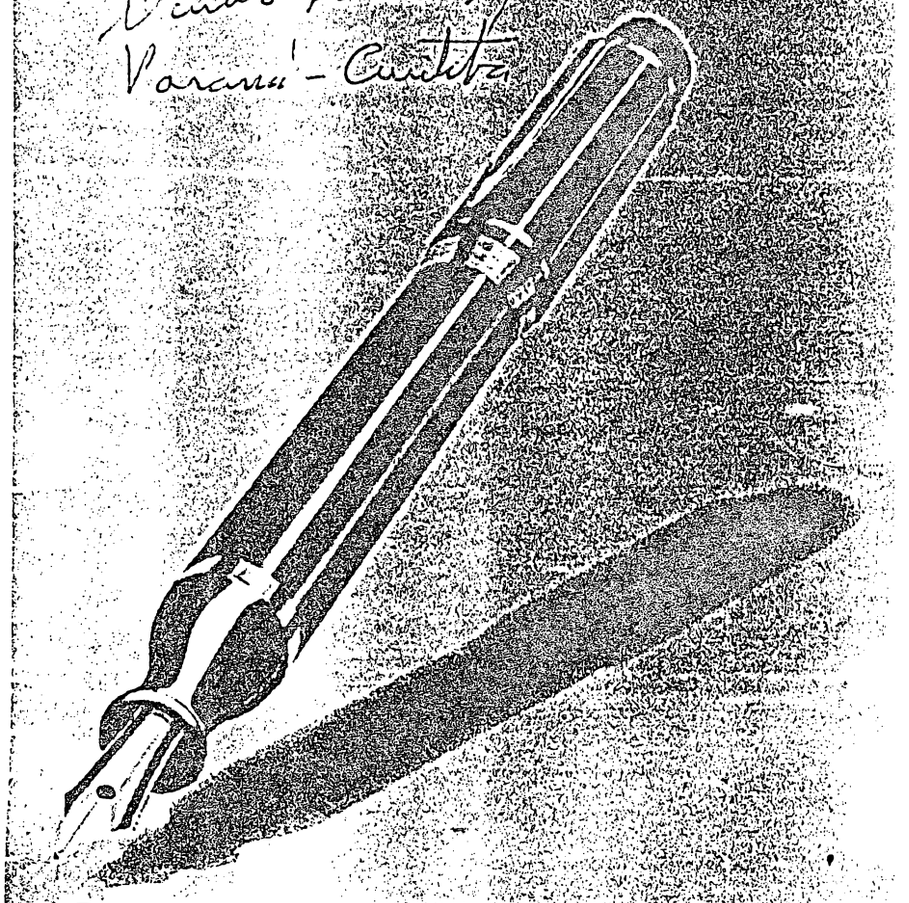
Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

CONSELHO DE REITORES
DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Carlos Pasquale Cortese
Paraná - Curitiba



Lei de Diretrizes e Ba
da Educação Nacion

TÍTULO V
DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

CAPÍTULO I
DA COMPOSIÇÃO DOS NÍVEIS ESCOLARES

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

CAPÍTULO II
Da Educação Básica

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de freqüência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a freqüência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO Nº 387/95

DELIBERAÇÃO Nº 001 / 96 APROVADO EM09 / 02/ 96

CÂMARA DE ENSINO DE 1º GRAU

INTERESSADO : SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO

ESTADO DO PARANÁ

ASSUNTO :

Programa de Adequação Idade-Série

RELATORA: NAURA NANCI MUNIZ SANTOS

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista a Indicação nº 001/ 96, da Câmara de Ensino de 1º Grau, ouvida a Câmara de Legislação e Normas,

DELIBERA:

Art. 1º - Fica autorizada a criação, pela SEED, do programa Adequação Idade-Série (PAI-S) com o intuito de proceder à adequação do fluxo escolar na rede pública estadual de 1º Grau, para alunos em defasagem.

§ 1º - Considera-se em defasagem o aluno que apresentar distorção de, no mínimo, dois anos de idade em relação a série que freqüentar, fixando-se a idade legal de sete anos para a 1ª série.

§ 2º - Ficam excluídos deste Programa os alunos que estejam cursando o Ciclo Básico de Alfabetização e também os que estejam cursando a 8ª série.

§ 3º - É facultativo ao aluno, o ingresso no Programa.

Art. 2º - Compete à SEED autorizar a implantação do PAI-S no estabelecimento que o solicitar.

§ 1º - O estabelecimento deverá requerer a autorização da SEED, apresentando projeto para implantaçao do PAI-S, que obrigatoriamente, abrangerá os seguintes elementos:

a) salas de aula adequadas;
b) indicação de professores;
c) projeto didático-pedagógico.

§ 2º - Caberá a SEED providenciar as condições indispensáveis ao funcionamento do PAI-S nos estabelecimentos que o solicitarem, bem como a elaboração e/ou provimento do material pedagógico para este Programa.

Art. 3º - A jornada escolar do PAI-S não poderá contar com menos de vinte horas semanais.

Art. 4º - O currículo a ser operacionalizado pelo PAI-S será o exigido pelo Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná.

Parágrafo único - Os programas das matérias e seus conteúdos, elaborados na forma da legislação vigente, objetivos e metodologia devem estar devidamente descritos no Projeto de Implantação.

Art. 5º - O PAI-S será desenvolvido através de grupos de estudos compostos por, no máximo, 25 alunos.

§ 1º - O aluno em defasagem ingressará no grupo de estudo compatível com a série que estiver cursando.

§ 2º - A promoção para a série seguinte se dará em qualquer tempo, desde que o aluno domine os conteúdos correspondentes a série cursada com exceção do último bimestre.

Art. 6º - O processo de avaliação será efetivado pelo professor regente da turma, no caso de 1ª a 4ª série, ou pelos professores das diferentes disciplinas no caso de 5ª a 7ª séries, e deverá contar com instrumentos próprios a fim de diagnosticar e acompanhar a evoluçao dos alunos.

§ 1º - Ao final do processo, os professores deverão elaborar parecer conclusivo, registrando a evolução do aluno ao longo do processo e indicando os resultados obtidos para fins de matrícula no ensino seriado.

§ 2º - O parecer deverá indicar a série para a qual o aluno está habilitado a se matricular, devendo integrar a respectiva Pasta Individual.

Art. 7º - A supervisão do Programa caberá ao NRE, em colaboração com a supervisão pedagógica do estabelecimento.

Art. 8º - A presente autorização tem caráter temporário e será válida para os anos de 1996, 1997 e 1998.

Art. 9º - Ao final de cada ano, a SEED encaminhará ao CEE relatório de acompanhamento e avaliação dos projetos para Adequação Idade/Série em andamento no Estado, por NRE.

Art. 10 - A SEED enviará ao CEE, até sessenta dias após a conclusão do Programa, relatório final de avaliação incluindo:

a) Relação do número de alunos atendidos pelo PAI-S (entrada e saída);

b) acompanhamento do aproveitamento escolar em termos qualitativos;

c) avaliação das ações empreendidas pelos professores para o aperfeiçoamento do Programa Adequação Idade-Série.

Art. 11 - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Pleno.

Sala Padre José de Anchieta, em

ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO Nº 387/95	PROT. SEED. Nº

Indicação Nº 001 / 96 APROVADO EM 09 / 02 / 96

CAMARA DE ENSINO DE 1º GRAU

INTERESSADO: SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO

MUNICÍPIO PARANÁ

ASSUNTO :

Programa de adequação idade-série

RELATOR A: NAURA NANCI MUNIZ SANTOS

A Constituição Federal determina que o ensino fundamental destinado a crianças e adolecentes de 07 a 14 anos seja ofertado aos pequenos cidadãos brasileiros sem distinção e como dever do Estado, garantindo-o inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Embora seja obrigatório, os dados das estatísticas sobre evasão, repetência e matrícula tardia demonstram que não está sendo cumprido o dever que o próprio Estado se impõe. Temos hoje um contingente elevado de crianças e adolecentes que, por razões diversas, nunca foram para a escola ou foram e a abandonaram. Se e quando conseguem retornar, encontram uma escola despreparada para recebê-los e para atender às diferenças individuais que se acentuam pelo descompasso entre a idade cronológica destes alunos e os da série que deverão cursar.

Esta distorção é um dos graves problemas que o Sistema Estadual de Ensino precisa corrigir, por acarretar graves danos de ordem psicológica e social, além de desperdício de recursos públicos destinados à educação, dispersão e desgaste de esforços, de energia e de motivação dos profissionais da área. O insucesso escolar faz com que o aluno tenha sua auto-estima diminuída e se coloque no lugar daquele que sempre fracassará.

Na busca de solução efetiva, a SEED apresenta para apre

ciação do Conselho Estadual de Educação do Paraná o "Projeto de Correção do Fluxo Escolar", que pretende implementar nas escolas públicas estaduais de 1º Grau.

As metas prioritárias do referido Projeto são a correção dos altos índices de distorção entre a idade do aluno e a série que está cursando; a diminuição dos altos índices de evasão e repetência; e criar condições para a melhoria do nível de aprendizagem do aluno da Escola Fundamental.

No Estado do Paraná, a distorção está claramente demonstrada no quadro abaixo:

ESTADO DO PARANÁ

TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS, Nº DE MATRICULADOS FORA DA FAIXA ETÁRIA CORRETA E PERCENTAGEM - 1993

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: ESTADUAL, MUNICIPAL, FEDERAL, PARTICULAR - URBANA

IDADE	SÉRIE	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS FORA DA FAIXA ETÁRIA	PORCENTAGEM
Menos de 07 anos e 07 anos	1ª	205.950	39.558	19.20%
08 anos	2ª	219.368	74.182	33.81%
09 anos	3ª	191.595	78.502	40.97%
10 anos	4ª	172.289	74.014	42.95%
11 anos	5ª	255.203	142.147	55.69%
12 anos	6ª	139.941	107.438	55.56%
13 anos	7ª	141.141	78.344	55.50%
14 anos	8ª	108.060	56.266	52.06%
TOTAL		1.483.547	650.451	MÉDIA 43,84%

As inicitivas visando a diminuição dos índices de evasão e repetência, como o CBA (com especial relevo para o contraturno) e a Chamada Escolar são importantes enquanto instrumentos permanentes de intervenção pedagógica da SEED. No entanto, a correção do fluxo escolar, que vem acumulando distorções ao longo dos anos, faz-se necessária para adequar o Sistema ao padrão de qualidade que se espera do ensino público. Justifica-se a relevância do presente Projeto, ainda que em caráter temporário. Cabe, no entanto, salientar que ao lado desta medida, o Sistema Estadual de Ensino deve envidar todos os esforços para que a atuação da Escola se torne cada vez mais capaz de manter os alunos motivados e em sala de aula.

O Programa de correção do fluxo idade-série, que preferimos denominar "Programa de adequação idade-série", está assim descrito:

> "Este Projeto destina-se a todos os alunos que estiverem matriculado no ensino regular e apresentem distorção de dois anos ou mais de idade, em relação à série que freqüentam.
> Para se enganjarem no desenvolvimento deste projeto, as escolas deverão organizar-se administrativa e pedagogicamente, visando atender aos objetivos e metas proposta pela SEED, para os anos de 96/97 e 98.
> As escolas organizarão turmas agrupando alunos que apresentam a defazagem indicada, podendo organizar tantas turmas quantas necessárias (sendo observado o número de alunos permitidos) para oportunizar a adequação da idade-série aos alunos nessa defazagem, desde que viabilizem o espaço físico e contem com os docentes para atendê-los.
> A depender do número de alunos e das condições pedagógicas, as turmas poderão ser bisseriadas (envolvendo alunos de duas séries)e/ou multisseriadas (envolvendo alunos de três séries), contanto que estas turmas envolvam alunos de séries próximas para possibilitar maior integração entre alunos e os próprios conteúdos.
>
> Para a organização de turmas respeitar-se-ão os seguintes critérios:
>
> - Turmas de 25 alunos, podendo em casos excepcionais chegar a no máximo 30.
> - Existência de sala de aula disponível e adequada.
> Reagrupamento dos alunos das turmas regulares para obter a maximização do espaço, dos recursos humanos e dos resultados.
> - Aceitação de alunos de outras escolas, de modo a maximizar os recursos.
> O aluno ficará na classe de adequação (idade-série) até o momento em que tiver se apropriado dos conteúdos e desenvolvido as habilidades básicas referentes às séries envolvidas na classe, assim como também atinja a idade correspondente à série regular que poderá freqüentar.
> - A prática pedagógica será orientada pelos princípios e conteúdos do Currículo Básico do Estado do Paraná, adequados à experiência específica. A fim de fundamentar esse trabalho, serão produzidos materiais pedagógicos especiais, em que serão contempladas as habilidades básicas de aprendizagem e metodologia dinâmica de ensino.
> A promoção do aluno para cada uma das séries sucessivas acontecerá no momento em que ele demonstre habilitadades compatíveis com a série cujos estudos estiver realizando

e dar-se-á a partir da avaliação que será feita pelo professor da turma, em conjunto com a equipe técnica e pelo menos mais um professor representante de cada série ou disciplina envolvida.
O registro da avaliação da aprendizagem indicará a correspondência da etapa em que o aluno se encontra, com a série do ensino regular, tomando-se como parâmetro o Currículo Básico da Escola Pública do Paraná.
A indicação do professor será feita pelo diretor, de comum acordo entre equipe docente, técnica e administrativa, levando-se em consideração a competência do professor, sua motivação e disponiblidade para realizar esse trabalho diferenciado.
O professor engajado no programa receberá bolsa auxílio denominada VALE ENSINAR, com valor compatível com o VALE SABER. Para realizar os objetivos do Projeto, deverá além das atividades de docência, disponibilizar carga horária de quatro horas semanais para fins de planejamento, análise, avaliação e estudos com seus pares ou organização de estudos complementares na sua área de atuação para os alunos que necessitem de um tempo maior para a aprendizagem dos conteúdos e o domínio de habilidades. Deverá ainda participar, quando convocado, de Cursos de Capacitação orientados para a promoção do sucesso em classes de adequação idade-série, de reuniões juntamente com a equipe técnica administrativa e demais professores da escola, para avaliar sob o ponto de vista administrativo e pedagógico, indicando propostas alternativas de interferência no processo que envolve desde a situação de uma turma especial na escola, o relacionamento professor - aluno, aluno - aluno e professor - professor.
O aluno participante do projeto terá o compromisso de freqüentar , além das atividades curriculares, quando convocado, as desenvolvidas em período complementar, para que possa obter maior sucesso na adequação proposta.
Os pais ou responsáveis pelos alunos deverão ser envolvidos, desde o início da implantação do projeto, para conhecimento do mesmo, cabendo-lhes autorizar a freqüência do filho e o acompanhamento contínuo do processo.
Nesta proposta constarão as disposições sobre a obrigatoriedade de compromisso da escola, como um todo, promover a adequação idade-série. O seu comprometimento com a realização de reuniões de estudos, integração e avaliação das ações específicas para adequação, envolverão todos os professores, equipe técnico pedagógico da escola e NRE, Conselho Escolar e pais de alunos.
Ao final de três anos, contados a partir de março de 1996, o Projeto será encerrado e a SEED realizará a avaliação final do mesmo, encaminhando relatório ao Conselho Estadual de Educação.
O funcionamento do programa na escola pressupõe a sua aprovação pelo DEPG da SEED, respeitando a Deliberação específica do Conselho Estadual e demais dispositivos legais e princípios referentes à qualidade de ensino."

É inegável a necessidade de estarem asseguradas plenas condições para que esta proposta seja implementada, de modo a garantir formação básica comum a todos para que as oportunidades de pleno desenvolvimento não venham a se transformar em privilégio de poucos.

A SEED apresenta como requisitos para a implementação do projeto:

"- Divulgação da proposta.

- Adesão das escolas e dos profissionais da educação.

- Disponibilidade de profissionais competentes e sensíveis com a questão.

- Disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros adequados.

- Criação de legislação específica pelo Conselho Estadual de Educação.

- Disponibilidade de assessoria técnica/pedagógica aos professores, orientadores, supervisores, diretores de escolas envolvidas na implementação do projeto.

- Infra-estrutura adequada/biblioteca, salas de aula, laboratório

- Compromisso com a proposta".

Além das ações previstas, não se pode deixar de enfatizar a importância da conscientização e da colaboração da família, além do provisionamento de recursos financeiros e do imprescindível engajamento dos professores, como agentes principais para a perfeita execução desta proposta.

Paralelamente ao Programa Adequação Idade-Série, reafirma-se a importância da valorização do trabalho pedagógico no cotidiano escolar, no sentido de atender às dificuldades dos alunos quanto à aquisição dos conteúdos, evitando-se o desestímulo e, em conseqüência, o grande número de reprovados na rede pública estadual.

É de se salientar que as condições descritas como específicas deste Projeto, na verdade, são as condições básicas indispensáveis para o funcionamento de qualquer estabelecimento público regular que pretenda garantir, de forma digna, o direito constitucional do cidadão ao ensino e, mais ainda, de um sistema público que pretenda estancar a fonte de reprovação e de evasão escolar.

É a Indicação.

ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROC. N.º 729/97 - A

DELIBERAÇÃO N.º 013/97 APROVADO EM 05/12/97

CÂMARA DE ENSINO DE 1.º GRAU

INTERESSADO : SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO

ESTADO DO PARANÁ

ASSUNTO : Alteração da Deliberação n.º 001/96 - CEE.

RELATORA : NAURA NANCI MUNIZ SANTOS

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Parecer n.º 002/97, da Câmara de Ensino de 1.º Grau, ouvida a Câmara de Legislação e Normas,

DELIBERA

Artigo 1.º - A Deliberação n.º 001/96 - CEE passa a ter a seguinte redação :

"Art. 1.º - Fica autorizada a criação pela SEED, do Programa Adequação Idade - Série (PAI-S), com o intuito de proceder à adequação do fluxo escolar na rede pública estadual e municipal de 1.º Grau, para alunos em defasagem.

§ 1.º - (mantido)

§ 2.º - Ficam excluídos deste Programa os alunos que estejam cursando 8.ª série.

§ 3.º - (mantido)

Art. 2.º - (mantido)

§ 1.º - (mantido)

§ 2.º - (mantido)

Art. 3.º - (mantido)

Art. 4.º - (mantido)

Parágrafo Único - (mantido)

Art. 5.º - O PAI-S será desenvolvido através de grupos de estudos compostos por, no mínimo, 25 alunos, e, no máximo, 30 alunos."

§ 1º. - Fica suprimido.

§ 2.º - (mantido)

Art. 6.º - (mantido)

§ 1.º - (mantido)

§ 2.º - (mantido)

Art. 7.º - (mantido)

Art. 8.º - Fica suprimido

Art. 9.º - (mantido)

Art. 10 - (mantido)

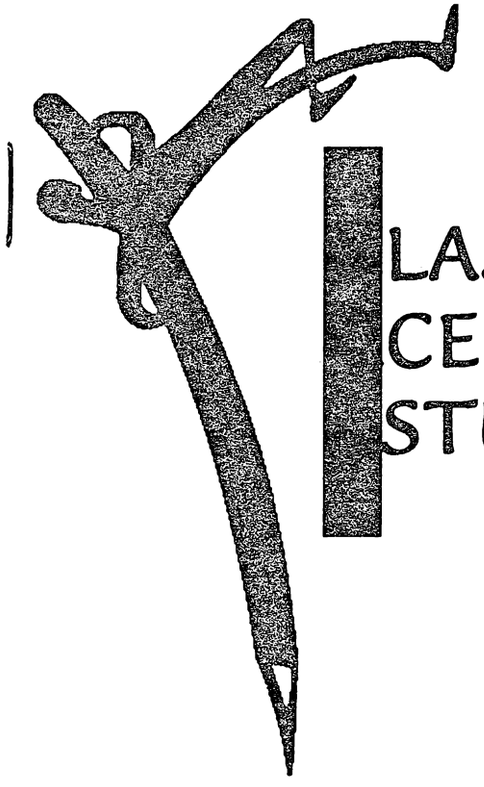
Artigo 11 - Esta Deliberação entrará em vigor após sua aprovação pelo Conselho Pleno, revogadas as disposições em contrário.

Sala Pe. José de Anchieta, em 05 de dezembro de 1997.

- VOTO CONTRÁRIO

ANEXO 2

MATERIAIS EXPLICATIVOS FORNECIDOS PELA SME



CLASSES DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS

DOCUMENTO EXPLICATIVO PARA O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO

1998

CURITIBA
PREFEITURA DA CIDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇAO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CURRÍCULO

PREFEITO DE CURITIBA
CASSIO TANIGUCHI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
PAULO AFONSO SCHMIDT

SUPERINTENDENTE
VERA LÚCIA SIGWALT BITTENCOURT

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
BERENICE VALENZUELA DE FIGUEIREDO NEVES

GERENTE DO SERVIÇO DE CURRÍCULO
LÍDIA NEDBAJLUK

CHEFE DO SERVIÇO DE ENSINO FUNDAMENTAL
ELENICE NABHEN KALLUF

EQUIPE
CÉLIA APARECIDA VILLORDO
EDINETE FÁTIMA DE SOUZA
ROGERIA MARIA RICETTI
SILVIA MARIA SADILA FARIAS
VALQUÍRIA TROCHMANN MOLINARI
WILMA BORN BORGES DE MACEDO

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Aceleração de Estudos tem como objetivo a recuperação da trajetória dos alunos em situação de defasagem idade/série, através da formação de classes onde será desenvolvida uma proposta de aceleração de estudos que lhes possibilite avanços reais, reintegrando-os ao percurso regular do Ensino Fundamental, garantindo-lhes uma aprendizagem que oportunize a construção do exercício da cidadania.

A repetência, evasão, ingresso tardio na escola, entre outras causas, têm resultado, no Brasil, em um grave quadro de distorção em relação à idade e série no Ensino Fundamental. Para corrigir tal distorção, o Ministério da Educação e do Desporto tem incentivado o desenvolvimento de programas especiais que minimizem o problema instalado.

A Constituição Nacional, no Art. 208, inciso I, dispõe que é dever do Estado garantir o ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para todos os que não tiveram acesso a ele na idade própria. A nova Lei de Diretrizes e Bases no seu Art. 23, prevê a organização de grupos não seriados, com base na idade, possibilitando a aceleração de estudos para alunos fora da faixa etária escolar.

As bases legais para a implantação das Classes de Aceleração de Estudos na RME estão presentes na alínea b do inciso V, do Art. 24 da LDB e mais especificamente, nas Deliberações n.^{os} 001/96 e 013/97 do Conselho Estadual de Educação, que aprova e indica como relevante o "Programa Adequação Idade-Série" – PAI'S – para toda a Rede Pública Estadual e Municipal de Ensino Fundamental.
Considerando o alto índice de distorção idade-série existente nas classes de 1.^{o} a 8.^{o} série da Rede Municipal de Ensino que, de acordo com os relatórios estatísticos de setembro de 1998, representa 22% do total de alunos matriculados, a Secretaria Municipal da Educação de Curitiba propõe o desenvolvimento do Programa de Aceleração de Estudos, visando recuperar o tempo do aluno, fazendo frente à evasão escolar e à repetência.

2. DADOS QUE JUSTIFICAM O PROGRAMA

Segundo o Relatório Analítico da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, de setembro de 1998:

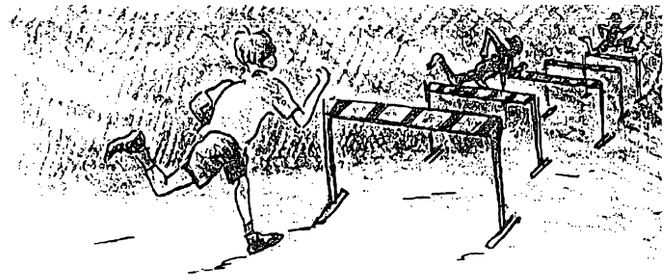
I. Alunos matriculados no 1.º grau:

- de 1.ª a 4.ª série: 69097 alunos
- de 5.ª a 8.ª série: 7365 alunos
- total geral da Rede Municipal de Ensino: 76462 alunos

* Não estão incluídos os alunos da Pré-Escola, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e as classses de Aceleração de Estudos do Projeto Piloto.

II. Alunos fora da faixa etária adequada:

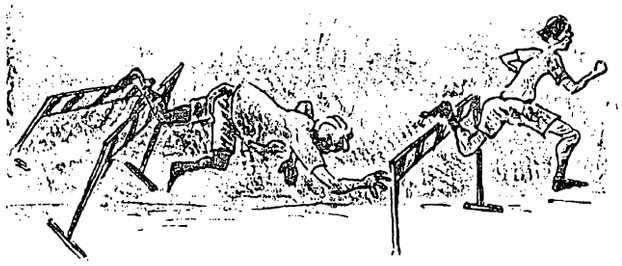
- de 1.ª a 4.ª série: 14182 alunos
- de 5.ª a 8.ª série: 2418 alunos
- total geral da RME: 16600 ou 22% dos alunos



III. Total de alunos matriculados na RME de 1.ª a 8.ª série (agosto de 98):

IDADE IDEAL	SÉRIE	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	ALUNOS FORA DA FAIXA ETÁRIA*	%
07	1.ª	20248	2201	11
08	2.ª	17616	3643	21
09	3.ª	16593	4117	25
10	4.ª	14640	4221	29
11	5.ª	2329	785	34
12	6.ª	2228	756	34
13	7.ª	1713	549	32
14	8.ª	1095	328	30
Total	////////	76462	16600	22

*Considerados 02 ou mais anos de distorção.



IV. Alunos fora da faixa etária de 1.ª a 8.ª série da RME por Núcleo Regional da Educação de Curitiba (Agosto/98):

NRE	N.º DE ALUNOS	FAIXA ETÁRIA DE 1.ª a 8.ª SÉRIE	1.ª a 4.ª SÉRIE	* 5.ª a 8.ª SÉRIE
Bairro Novo	2687	de 9 a maiores de 18 anos	2396	291
Boa Vista	2055	de 9 a 18 anos	1527	528
Boqueirão	1582	de 9 a 17 anos	1582	/////
Cajuru	2551	de 9 a maiores de 18 anos	1993	558
Pinheirinho	3015	de 9 a maiores de 18 anos	2739	276
Portão	3441	de 9 a maiores de 18 anos	2676	765
Santa Felicidade	1269	de 9 a maiores de 18 anos	1269	/////
Total	16600	//////////////	14182	2418

* Informações de matrículas do Ensino Fundamental (5.º a 8.º) diurno; não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos.

3. A IMPLANTAÇÃO DAS CLASSES DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS NA RME

Por apresentar grande número de alunos a serem atendidos pelo Programa e por ter o mesmo caráter inovador, a Secretaria Municipal da Educação optou pela sua implantação em duas etapas:

1.ª etapa: Iniciou em 1998 com o Programa Piloto, atendendo a 525 alunos distribuídos em uma escola por NRE numa média de três turmas por escola. Pretendeu-se, dessa forma, resguardar as condições de análise dos encaminhamentos metodológicos e administrativo-pedagógicos, acompanhamento individualizado, visando orientação pedagógica às equipes pedagógico-administrativas das escolas e aos professores envolvidos e avaliação dos procedimentos adotados. Essa estratégia tem a perspectiva de identificar as possíveis falhas, as reformulações/ adequações metodológicas necessárias, as necessidades materiais e humanas, propiciando assim as bases mínimas necessárias para a implantação do Programa na RME.

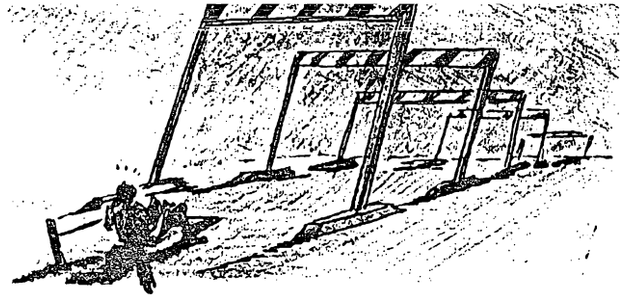
2.ª etapa: Expansão gradativa do Programa, a partir de 1999, para toda a RME, no segmento de 1.º a 4.º série, tendo como critérios iniciais, o interesse da escola em participar do referido Programa e a possibilidade de implantar as turmas das CAE'S sem prejuízo significativo do fluxo de matrícula de alunos.
Estima-se a participação de 172 turmas, o que representa 4300 alunos, 172 professores regentes, 126 professores auxiliares, 126 professores de educação artística, 126 de educação física, 72 professores de educação ambiental e de cultura das mídias e 380 profissionais das equipes pedagógico-administrativas, somando-se 1000 professores envolvidos. Para o segmento de 5.ª a 8.ª série, a Secretaria Municipal da Educação propõe um Programa Piloto com a participação de uma escola atendendo a totalidade dos seus alunos em defasagem idade/série, analisados o interesse da escola e seu fluxo de matrícula.

4. CARACTERÍSTICA DAS CLASSES DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS

A proposta pedagógica para as Classes de Aceleração de Estudos está dirigida aos alunos que ficaram para trás no desempenho escolar, sendo os altos índices de repetência os causadores mais freqüentes desses desvios. Esses alunos se encontram em uma situação-limite criada por um conjunto de fatores que, excluindo-os do processo de aprendizagem, acaba por expulsá-los das escolas.

Ao incluir os alunos de 1.ª a 8.ª série que se encontram defasados em relação a idade regular de matrícula, almeja-se propiciar a oportunidade de retomar, com sucesso, o percurso escolar estabelecido no sistema de ensino. Esse Programa procura abrir um caminho para atuar sobre o problema da repetência e da evasão escolar, cuja raiz, sem dúvida, encontra-se nas primeiras séries.

> *" Levando-se em conta os problemas expostos, a marca fundamental das Classes de Aceleração deve ser oferecer a essa clientela um ensino adequado. Esta adequação significa não uma educação compensatória, um ensino menos exigente, mas ao contrário, a possibilidade de um ensino de conteúdo elevado, com atividades estimulantes e com desafios significativos, que provoque expectativas mais positivas em professores, alunos e pais.*



Contudo, o sucesso na retomada do trajeto escolar pelos alunos das classes de aceleração por si só não garantirá o término da geração de novas defasagens. É importante que todos os professores participem desse esforço. Por isso, toda a equipe escolar está sendo chamada a rever o seu percurso, perceber avanços e dificuldades na realização do trabalho pedagógico, retomar o currículo, a organização do ensino e as formas de acompanhamento e avaliação, elegendo alvos a atingir com todos os alunos.

Além do chamamento da escola como um todo, deve-se buscar o envolvimento da família na discussão e acompanhamento do trabalho a ser desenvolvido com seus filhos, a fim de que esforços e sucessos sejam compartilhados."(...) "Nesta proposta, as famílias devem ser incentivadas a participar e a recuperar sua capacidade educadora. Trata-se, então, do estabelecimento de uma nova relação entre escola e família, transformando as baixas expectativas de parte a parte, hoje existentes."

(Reorganização da Trajetória Escolar: Classes de Aceleração. Documento de Implantação - São Paulo, 1997).

5. ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS

Critérios para identificação da defasagem idade/série

Deverão ser considerados alunos com defasagem idade/série, aqueles que tenham ultrapassado, em dois anos ou mais, a idade regular prevista para a série em que estão matriculados.

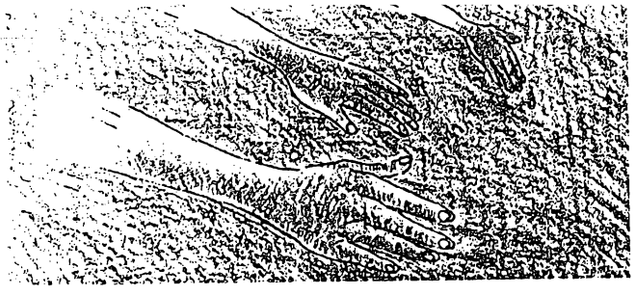
Formação das CAE'S

- Os alunos deverão ser enturmados, preferencialmente, por aproximação de idade, independente da série de origem.
- Cada classe será composta de 25 alunos no segmento de 1.ª a 4.ª série e de 30 alunos no segmento de 5.ª a 8.ª série.
- Para o ano de 1999, priorizar-se-á o atendimento dos alunos oriundos de 2.ª e 3.ª séries, uma vez que não há capacidade técnica para a correção de 100% dessa defasagem neste ano.

Obs: O plano de expansão gradativa do programa pressupõe a correção dessa distorção nos anos subseqüentes.

Carga horária

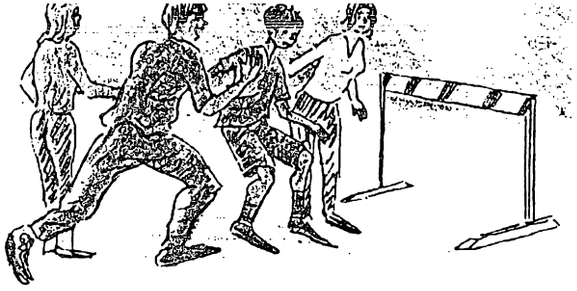
As classes de aceleração terão 4 horas diárias de aula, sendo assegurados aos alunos e professores as atividades extra-classe desenvolvidas na escola.
Para o aluno que, ao longo do processo, apresentar dificuldades, deverá estar prevista sua inclusão no projeto de Recuperação de Estudos da escola.



Promoção de alunos

O Conselho de Classe ,composto por professores regentes, professores regentes de atividades complementares e equipe pedagógico-administrativa, é a instância decisória por excelência. Para decidir a promoção de cada aluno, o Conselho de Classe considerará seu desempenho individual e global durante o ano letivo, baseando-se:
- nas sínteses finais produzidas pelos professores da classe, fundamentadas nos registros feitos a partir da observação e das produções dos alunos, considerando os níveis de aprendizagem estabelecidos pela Proposta Pedagógica e Caderno de Avaliação para as Classes de Aceleração;
- na idade do aluno;
- em sua origem antes de ingressar no Programa.

Obs.: A freqüência é um item a ser considerado (75% do total da carga horária) porém a competência acadêmica do aluno deve ser o fator de maior importância na análise.
Como regra geral, consideradas as questões colocadas no parágrafo anterior, o aluno será encaminhado para a 5.ª série.
É preciso ter em mente que nenhum aluno do Programa de Aceleração de Estudos permanecerá na série de origem, pois uma das principais metas desse programa é a mobilização dos alunos para que se envolvam permanentemente na busca do conhecimento, fornecendo oportunidade de aprendizagem a todos, de modo a prepará-los para o prosseguimento dos estudos.



6. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DOS PROFESSORES DAS CLASSES DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS

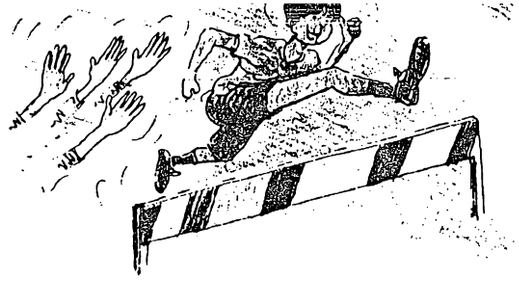
A escolha dos professores das Classes de Aceleração de Estudos deverá ser realizada pela Equipe Pedagógico-Administrativa da escola e deve ser direcionada para professores:

- com efetivo interesse em assumir a docência dessas classes;
- comprometidos com o trabalho;
- com experiência profissional exitosa;
- com disponibilidade de tempo para participar do Programa de Capacitação a ser desenvolvido em 5 etapas de 3 dias (8 horas diárias cada etapa), durante o ano letivo;
- habitualmente disponíveis para o estudo, a pesquisa e o enfrentamento de desafios.

7. CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR

Recursos didático-pedagógicos

A escola e especialmente os professores das Classes de Aceleração contarão com 4 documentos para orientar o desenvolvimento pedagógico:



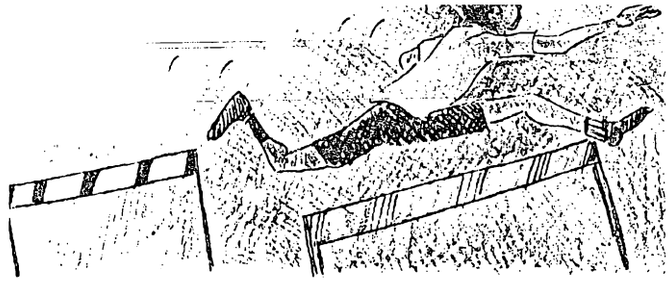
- **Proposta Pedagógica Curricular** das Classes de Aceleração - apresenta os princípios pedagógicos, a concepção de planejamento, de metodologia de ensino e avaliação da aprendizagem, bem como os conteúdos curriculares das Classes de Aceleração.

- **Ensinar Pra Valer!** Livro do Professor: objetiva dar sustentação ao trabalho docente. Esse material apresenta atividades de aprendizagem em que estão operacionalizados os princípios pedagógicos da Proposta Curricular e orientação para o planejamento e organização do trabalho pedagógico.

- **Aprender Pra Valer!** Livro do Aluno: apresenta atividades a serem desenvolvidas pelos alunos articuladas às propostas contidas no Livro do Professor. O material é composto também de encartes para uso individual dos alunos, cartazetes ilustrados para toda a classe, fichas para trabalho em grupos ou atendimento a dificuldades comuns e jogos para trabalhar conteúdos de Português e Matemática, de forma lúdica.

- ***Avaliação:*** documento específico sobre avaliação tendo por sumário:

- avaliação diagnóstica inicial;
- avaliação em processo — marcos de aprendizagem, acompanhamento e registro, reflexão sobre o trabalho do professor;
- acompanhamentos finais.



Capacitação e acompanhamento pedagógico

Será desenvolvido um programa de capacitação em encontros bimestrais, destinados aos professores e EPAs, objetivando o fortalecimento do coletivo da escola, a promoção do autoconceito do professor e do aluno e ganhos objetivos na aprendizagem do aluno com defasagem idade/série, para sua recondução ao percurso escolar regular.

Os elementos básicos a serem trabalhados neste Programa são:

Proposta pedagógica das Classes de Aceleração:

- pressupostos básicos ;
- componentes curriculares.

• *Módulo do livro do professor e do aluno:*

- desenvolvimento de atividades dos componentes curriculares.

• *Avaliação:*

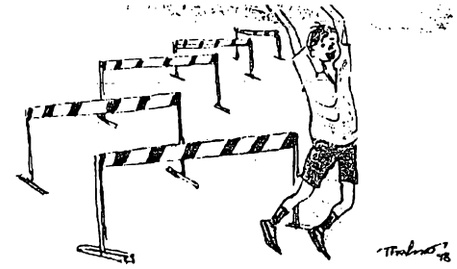
- diagnóstico das aprendizagens;
- processo de avaliação;
- marcos de aprendizagem;
- avaliação final.

• *Planejamento:*

- processo de planejamento articulado ao processo de avaliação;
- roteiros de classe e registro do aluno e do processo de trabalho.

• Alfabetização:

- concepção;
- análise das produções dos alunos;
- prática do professor no desenvolvimento dos componentes curriculares;
- análise das dificuldades e avanços.



8. DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

Procedimentos para a implantação do Programa na escola

• A divulgação da Proposta: a Proposta deverá ser apresentada à comunidade escolar e aos pais como uma ação que visa criar condições pedagógicas de trabalho com alunos defasados/repetentes, possibilitando dar continuidade à sua trajetória educacional.

• Identificação dos alunos com defasagem idade/série matriculados nas 2.ª e 3.ª séries, no início do ano letivo de 1999.

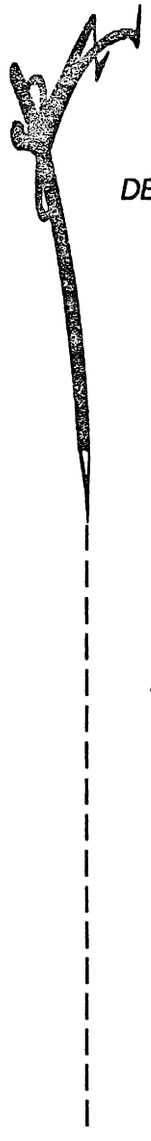
Para evitar a estigmatização dos alunos das Classes de Aceleração pelo restante do alunado, é importante fazer a apresentação da proposta ao conjunto dos alunos e professores da escola. A idéia central a ser passada é a de que os alunos dessas classes trabalharão mais intensamente, em atividades e materiais apropriados à sua faixa etária, para avançarem no trajeto escolar.

Acompanhamento e avaliação da Proposta

As capacitações oferecidas aos professores e EPAs e o acompanhamento do Programa serão de responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação através dos seus segmentos, objetivando a sustentação da prática do professor e seu redimensionamento.

Fontes de consulta:

- Documento de Implantação - Secretaria de Estado da Educação - São Paulo, 1997.
- Instrução n.º 05/97 da Secretaria de Estado da Educação - Departamento de Ensino de Primeiro Grau - Paraná.
- Primeiras Informações sobre as Classes de Aceleração de Estudos da Secretaria Municipal da Educação - Departamento de Educação - Curitiba, 1997.
- Acertando o Passo - Secretaria de Estado da Educação do Governo de Minas Gerais, 1998.



FICHA TÉCNICA

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E DIFUSÃO EDUCACIONAL
MARIA ODISSEIA CASAGRANDE D'ANGELIS

DIVISÃO DE APOIO DIDÁTICO-OPERACIONAL
SÔNIA MARA BUSNARDO SIMÕES

PROJETO GRÁFICO
LUCIANA BUNICK
SÔNIA MARA BUSNARDO SIMÕES
VANISSE SIMONE ALVES

DIGITAÇÃO/DIAGRAMAÇÃO
VANISSE SIMONE ALVES

REVISÃO
CLAUDIA DE FARIA CASTRO
JOÍNA HUY PROENÇA

ILUSTRAÇÕES
THELMO O. S. SILVEIRA

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA DE IMAGENS
JABAY VASCONCELLOS DE ANDRADE

8. Como os pais ou responsáveis poderão contribuir para a aprendizagem dos alunos?

* Demonstrando interesse pelas atividades desenvolvidas pelos alunos e pelo material que eles levarem para casa.
* Incentivando-os a realizar deveres de casa.
* Não permitindo que eles faltem às aulas sem motivo.
* Estimulando-os para que adquiram o hábito de estudar diariamente.
* Acreditando que eles podem superar suas dificuldades e obter sucesso na escola.
* Participando das reuniões realizadas pela escola.
* Evitando transferência de escola durante o ano.
* Zelando para que o aluno freqüente estudos de recuperação se a escola o convocar para isso.

Vamos, juntos, mudar a cara de nossas escolas, reforçando a qualidade do ensino.

PARTICIPE! O SUCESSO DE SEU FILHO TAMBÉM É O SEU SUCESSO!

CLASSES DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS

DOCUMENTO EXPLICATIVO

Em 1999, algumas crianças irão freqüentar *Classes de Aceleração*. Elas foram planejadas para que os alunos avancem nos estudos e, ao final do ano, passem a estudar em uma série mais adequada à sua idade. Isto será possível porque as *Classes de Aceleração* contarão com material de apoio (4 livros, fichas, jogos, encartes) professores capacitados e turmas de 25 alunos, com idade semelhante. Assim, vai ser mais interessante e divertido aprender! Muitas vezes, o aluno que repete de ano se sente fracassado e perde o interesse pelos estudos. Nas *Classes de Aceleração*, o conhecimento desse aluno vai ser valorizado, por meio de atividades que lhe devolverão a confiança em si mesmo.

O que é importante saber:

1. Porque foram criadas as Classes de Aceleração?

Porque a Escola Pública tem o dever de atender às necessidades de aprendizagem de todos os alunos.

Porque os alunos que estão em uma idade mais avançada em relação aos demais alunos de sua classe, principalmente aqueles que repetiram de ano muitas vezes, perdem o interesse pelos estudos e acabam desistindo da escola.

Porque se esses alunos forem valorizados pelo professor, recebendo aulas motivadoras, conseguirão avançar nos estudos e não abandonarão a escola.

2. Que alunos freqüentarão as Classes de Aceleração?

Alunos com atraso de dois anos ou mais em relação à série em que estão matriculados.

Ao final do ano, após a avaliação, dependendo dos seus progressos, o aluno poderá ser matriculado na série correspondente à sua idade, avançando assim, duas ou mais séries escolares.

Obs.: A previsão de permanência do aluno em *Classe de Aceleração* é de um ano letivo.

5. Como será o ensino nas Classes de Aceleração?

As matérias são as mesmas das quatro primeiras séries do 1º grau. No entanto, o ensino partirá do que cada aluno já sabe e as atividades serão diversificadas e planejadas, a fim de despertar o interesse pelas aulas. Os professores participarão de cursos e encontros para preparar e desenvolver estas atividades. Além disso, os alunos disporão dos seguintes recursos:

* materiais de estudo produzidos especialmente para serem utilizados por eles;
* televisão e vídeo;
* livros;
* jogos;
* jornais e revistas.

6. As Classes de Aceleração terão o mesmo calendário?

O calendário será o mesmo seguido pela escola.

7. Como será a avaliação?

#A avaliação do aluno será realizada durante todo o ano, para o acompanhamento das dificuldades e progressos. Assim, o professor poderá replanejar as atividades de ensino, de modo que todos possam aprender mais e melhor. Os alunos serão avaliados através de fichas específicas e não haverá notas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E DIFUSÃO EDUCACIONAL
PROJETO DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS

CAPACITAÇÃO - 2 000

AÇÕES	Carga Hor.	CRONOGRAMA
1. Encontro para profs. reg. novos na função	4 hs	17/02 - 5ª-f.
2. I Capacitação – professores regentes	8 hs	29/02 e 0l/03 – 3ª e 5ª-f.
3. Encontro para pedagogos	4 hs	02/03 - 5ª-f.
4. Círculo de Estudos: LÍNGUA PORTUGUESA	4 hs	11(M), 13(M e T) e 14/04(M)
5. Círculo de Estudos: MATEMÁTICA	4 hs	25(M), 27(M e T) e 28/04(M)
6. II Capacitação – regentes e pedagogos	8 hs	17 e 18/05 – 4ª e 5ª-f.
7. Círculo de Estudos: LÍNGUA PORTUGUESA	4 hs	06(M), 08(M e T) e 09/06(M)
8. Encontro para pedagogos	4 hs	21/06 - 4ª-feira
9. Círculo de Estudos: CIÊNCIAS, HIST./GEOG.	4 hs	27(M), 29(M e T) e 30/06(M)
10.Encontro por NRE – regentes e pedagogos	4 hs	Março a Junho/ 2 000
11.Círculo de Estudos: LÍNGUA PORTUGUESA	4 hs	01(M), 03(M e T) e 04/08(M)
12.III Capacitação – regentes e pedagogos	8 hs	~~24~~ e ~~25~~/08 - ~~5ª~~ e ~~6ª~~-f.
13.Encontro por NRE – regentes e pedagogos	4 hs	Setembro a Novembro/2000
14.Círculo de Estudos: LÍNGUA PORTUGUESA	4 hs	12(M), 14(M e T) e 15/09(M)
15.IV Capacitação – regentes e pedagogos	8 hs	~~19~~ e ~~20~~/10 - 5ª e 6ª-f.
16.Círculo de Estudos: LÍNGUA PORTUGUESA	4 hs	07(M), 09(M e T) e 10/11(M)
17.V Capacitação - regentes e pedagogos	8 hs	30/11 e 01/12 - 5ª e 6 -f.
18. Seminário de Encerramento	8 hs	04 a 08/12

PROJETO DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS
AÇÕES E RESULTADOS

Metas do Projeto de Aceleração de Estudos

01- Corrigir a defasagem idade/série dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Curitiba que se encontram nesta situação.

02- Ampliar a dimensão do Projeto de Aceleração de Estudos, refletindo sobre a cultura da repetência como geradora das Classes de Aceleração.

ANO	AÇÕES	RESULTADOS
1 997	1. Análise das propostas e materiais de apoio para a correção de fluxo (CENPEC e CETEB – MEC). 2. Sensibilização da comunidade escolar para o Projeto: - visitas às escolas; - 8 encontros com professores e equipes pedagógicas; - 3 encontros com pais de alunos.	1.Opção pelo material elaborado pelo CENPEC. 2.Implantação do Projeto Piloto em 8 escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (RME).
1 998	1. Formação das Classes de Aceleração do Projeto Piloto. 2. Capacitação de professores e pedagogos, no decorrer do ano: - 80 horas de curso para pedagogos, pelo CENPEC. - 128 horas de curso para professores regentes, pelo CENPEC. - 32 horas de estudos para professores de Ed. Física, com o grupo da SME. - 12 horas de estudos para professores auxiliares, com o grupo da SME. - 20 horas de estudos para equipes pedagógicas, com o grupo da SME. - 8 horas de estudos para pedagogas e alfabetizadoras dos Núcleos Regionais de Educação, com o grupo da SME.	1. Atendimento a 525 alunos em 21 Classes de Aceleração, em 8 escolas do Projeto. 2. Foram capacitados 62 profissionais (professores, pedagogos e diretores) . 3. Foram capacitados 20 professores de Ed. Física e Auxiliares.

	3. Acompanhamento da prática pedagógica na escola.	3. Atendimento de 72 profissionais em 61 encontros nas escolas.
	4.Seminário de sensibilização para a expansão do Projeto na RME: - Carga horária: 20 horas, - Palestras: Fernando Becker (UFRGS); Claudia Davis (PUC-SP). - Oficinas com profissionais do CENPEC. - Mostra de trabalhos dos alunos das Classes de Aceleração/ 98.	4. Ampliação do Projeto para 90 escolas da RME.
	5. Efetivação da proposta pedagógica nas Classes de Aceleração.	5. Dos alunos atendidos, 473 completaram o Projeto: - 335 (71%) avançaram para a 5ª série; - 81 (17%) para a 4ª série; - 40 (8%) para a 3ª série; 17 (4%) para a 2ª série.
1 999	1. Formação das Classes de Aceleração nas 90 escolas que aderiram ao Projeto.	1. Atendimento a 3 500 alunos, em 140 Classes.
	2.Capacitação de professores e equipes pedagógicas no decorrer do ano: - 80 horas de curso, com o grupo da SME, incluindo palestras. - 32 horas de curso para professores de Ed. Física, Ed. Artística e Auxiliares, com o grupo da SME.	2.Foram capacitados 344 professores regentes e participantes das equipes pedagógicas-administrativas e 345 professores de Ed.Física, Ed. Artística e Auxiliares, totalizando o atendimento de 689 educadores.

	3.Apoio ao acompanhamento dos NREs às Classes de Aceleração, bimestralmente: - encontros nos NREs, com os pedagogos e professores das escolas do Projeto. - Encontros para trocas de experiências, nos NREs. - Atendimento nas escolas, a professores e pedagogos, pelo grupo da SME. 4.Mostra de Trabalhos dos alunos das Classes de Aceleração/99: - Palestra com a professora Maria Silvia Bonini Tararam(do CENPEC). - Comunicações orais dos professores sobre os resultados do trabalho desenvolvido nas CAEs. - Apresentações culturais e artísticas de alunos das CAEs. - Exposição dos trabalhos produzidos pelos alunos. Confraternização – "Café da Manhã" – para os professores regentes das CAEs, promovida pela SME. 5. Efetivação da proposta pedagógica nas CAEs/99.	3.Atendimento a todas as escolas que solicitaram a presença do grupo da SME, para apoio e sustentação da prática pedagógica. .Apoio às ações promovidas pelos NREs em relação às Classes de Aceleração. 4.Valorização e divulgação do trabalho dos docentes e dos discentes das Classes de Aceleração. - Reconhecimento dos avanços na aprendizagem dos alunos das CAEs. 5. Se mantivermos o percentual de progressão de 1998, teremos, aproximadamente, 90% de alunos progredindo duas séries ou mais.
2 000	1. Formação das Classes de Aceleração.	1.Atendimento a 1850 alunos em 74 Classes de Aceleração, 58 escolas da RME.

	2. Primeira capacitação de professores e pedagogos, pelo grupo da SME (fevereiro/março-2000): - Encontro com professores novos na função – 4 hs. - Curso para professores regentes – 8 hs. - Encontro para pedagogos das escolas com CAEs – 4 hs. 3. Apoio ao acompanhamento dos NREs às CAEs: - encontro no NRE de Santa Felicidade – 2 hs.	2.Estão sendo capacitados 132 profissionais. 3. Atendimento a 6 escolas, para professores regentes e pedagogos.

Grupo de Aceleração
16 de Março de 2 000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E DIFUSÃO EDUCACIONAL

PROJETO DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS

A repetência, a evasão e o ingresso tardio na escola, entre outras causas, têm resultado, no Brasil, em um grave quadro de distorção entre a série e a idade regular de matrícula, no Ensino Fundamental. Este fato vem restringindo a participação na vida social e política do país bem como o acesso aos bens culturais produzidos pela sociedade atual, dos alunos que se encontram nesta situação. Assim, um grande número de cidadãos vem sendo excluído do pleno exercício da cidadania.

Para minimizar este problema, o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) vem incentivando o desenvolvimento de programas especiais como os projetos de Correção de Fluxo ou de Aceleração da Aprendizagem, entre outros.

Considerando o alto índice de distorção idade/série* na Rede Municipal de Ensino de Curitiba (RME), a Secretaria Municipal da Educação implantou o Projeto de Aceleração de Estudos em 1998.

As bases legais para a implantação das Classes de Aceleração de Estudos na RME estão presentes na alínea b do inciso V, do artigo 24 da LDB e mais especificamente, nas Deliberações nºs 001/96 e 013/97 do Conselho Estadual de Educação, que aprova e indica como relevante o "Programa Adequação Idade/Série" – PAI'S – para toda a Rede Pública Estadual e Municipal do Ensino Fundamental.

O Projeto de Aceleração de Estudos pretende recuperar a trajetória escolar dos alunos em situação de defasagem idade/série, através da criação de classes que desenvolvem uma proposta de aceleração de aprendizagem, que lhes possibilite avanços reais, reintegrando-os no percurso regular do Ensino Fundamental.

Para incluir os alunos no processo pedagógico com probabilidade significativa de sucesso, esta proposta tem como pressuposto uma visão positiva das possibilidades dos mesmos e uma aposta no crescimento da competência da escola. A proposta fundamenta-se em princípios, como:

- Todos os alunos são capazes de aprender. A escola precisa se organizar em função de seus alunos reais, conjugando esforços para que todos atinjam os alvos de aprendizagem previstos.

- As reais possibilidades de aprendizagem dos alunos são aceleradas por meio da organização de um ambiente escolar desafiador e estimulante, que aguce a curiosidade para o conhecimento do mundo, abrindo janelas para a leitura do cotidiano através dos conteúdos das diferentes disciplinas.

- A intenção é mobilizar os alunos e instrumentalizá-los para a busca do conhecimento, mais do que fazê-los dominar uma determinada quantidade de informações como se fossem pré-requisitos para a continuação dos estudos. O aluno deve adquirir noções, conceitos, habilidades e princípios considerados essenciais e significativos desenvolvendo competências básicas que lhes permitam a inserção social, com participação produtiva e consciente.

* 22% dos alunos de 1ª a 8ª série – dados fornecidos pela Gerência de Informações Educacionais (GEIE) – agosto de 1998.

- É fundamental promover o auto-conceito dos alunos e o respeito a seus diferentes ritmos de aprendizagem, para que readquiram a confiança em sua capacidade de aprender. A elevação da auto-estima não se dá no vazio, mas no próprio processo de aprendizagem, ou seja: o aluno recupera a confiança para aprender a partir do momento em que se percebe aprendendo. Neste processo é importante reconhecer e valorizar os pequenos avanços e conquistas, estimulando sempre a busca do sucesso em sua escolarização.

- Respeitar o ritmo de aprendizagem do aluno não significa deixá-lo caminhar sozinho, mas procurar compreender seu processo de aprendizagem, intervindo de modo a permitir e facilitar seu progresso.

- A relação professor/aluno sustentada pela competência científica, técnica e humana, é vital para a produção do sucesso escolar.

As Classes de Aceleração não são consideradas classes multisseriadas, mas sim turmas bastante heterogêneas e diferenciadas, que têm como meta atingir novos patamares de conhecimento através do estímulo intensivo ao processo de aprendizagem.

O sucesso na retomada do trajeto escolar pelos alunos das Classes de Aceleração por si só não garante o término da geração de novas defasagens, sendo importante que todos os professores da escola participem deste processo. Por isto, toda a equipe escolar está sendo chamada a rever o seu percurso, perceber avanços e dificuldades na realização do trabalho pedagógico, retomar o currículo, a organização do ensino e as formas de acompanhamento e avaliação, elegendo alvos a atingir com todos os alunos.

A Secretaria Municipal da Educação, na capacitação para os professores e pedagogos, tem buscado discutir estas questões, propondo que sejam levadas para o interior da escola, procurando desmontar a cultura da repetência para instalar definitivamente a cultura da aprendizagem escolar.

Os resultados quantitativos deste Projeto na RME têm sido animadores, estabelecendo vínculos numa descoberta de significados novos em relação à situação escolar.

Em 1998, o projeto piloto atendeu, em oito escolas, 525 alunos, em 21 Classes de Aceleração. Destes, 473 concluíram o ano letivo, obtendo 100% de aprovação e alcançando o índice de 89% de alunos que avançaram duas ou mais séries no seu percurso escolar.

Em 1999, o projeto expandiu-se para 90 escolas, com matrícula inicial de 3405 alunos em 136 Classes de Aceleração. Destes, 2949 concluíram o ano letivo, obtendo 98% de aprovação, sendo que 81,7% dos alunos avançaram duas séries ou mais.

Em 2000, participam do projeto 58 escolas, 1744 alunos em 74 Classes de Aceleração.

O sucesso do projeto deve-se aos professores comprometidos e compromissados com a educação, dispostos a enfrentar desafios e que colocam seu conhecimento a serviço do sucesso da aprendizagem dos alunos. Para a efetivação da Proposta Pedagógica das Classes de Aceleração , os profissionais envolvidos no processo contam com material próprio de apoio, elaborado pelo CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária).

"Decifrar o mundo é um direito dos que chegam, de todos aqueles que são os mais novos e vão construir o futuro. Isso se traduz em tornar-se para sempre decifrador, curioso e investigador, ou seja, um conhecedor; alguém que duvida, pergunta e busca respostas, que pode espantar-se, enfurecer-se e até maravilhar-se com a vida". (Proposta Pedagógica Curricular para as Classes de Aceleração, p.13).

Refências bibliográficas:

MAROCHI, Z. M. L. Projeto de Correção de Fluxo: um marco referencial na educação do Paraná. In: Em Aberto, Brasília , v. 17, n. 71, p. 134-138, jan.2000.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA. Ensinar prá valer! Módulo 1. São Paulo, 1998.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. Reorganização da trajetória escolar no Ensino Fundamental: Classes de Aceleração. Proposta pedagógica curricular. São Paulo, 1997.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. Classes de Aceleração de Estudos: documento explicativo para o processo de implantação. 1 998.

GRUPO DE ACELERAÇÃO- SME/MAIO 2000.